

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

ROSEANE SANTOS DA SILVA

**IES PRIVADAS x IES PÚBLICAS: Uma análise Comparativa de sua
Expansão e seus Efeitos em termos de distribuição das vagas entre
1994 e 2019**

Osasco,
2021

ROSEANE SANTOS DA SILVA

**IES PRIVADAS x IES PÚBLICAS: Uma análise Comparativa de
sua Expansão e seus Efeitos em termos de distribuição das
vagas entre 1994 e 2019**

Monografia apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Prof. Luciana Rosa de Souza

Osasco,

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco e
Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586i

SILVA, Roseane Santos da

IES privadas x IES públicas: uma análise comparativa da expansão e seus efeitos distributivos entre 1994 e 2019 / Roseane Santos da Silva. - 2021.

59 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2021.

Orientador: Luciana Rosa de Souza.

1. Educação. 2. Desigualdade. 3. Ensino superior. 4. Democratização. I. Souza, Luciana Rosa de, II. TCC Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 650

AGRADECIMENTOS

Após cinco longos anos cursando Ciências Econômicas na EPPEN, me despeço desta universidade com nada mais além de gratidão por ter conquistado essa oportunidade. Meus amigos próximos com certeza sabem a enorme dificuldade pessoal que travei ao longo desses anos, entre todas as transformações que ocorreram em minha vida, só tenho a agradecer toda a evolução que a Universidade Federal de São Paulo me proporcionou.

Inicio esse breve agradecimento mencionando as pessoas mais importantes em toda minha trajetória, meus avós. Mesmo já calejados da vida, idosos, não titubearam em se oferecer para me auxiliar durante essa jornada, foram anos extremamente difíceis, tanto pessoal quanto financeiramente, e meus avós se tornaram minha família, meu apoio, me deram um lar novamente. Queridos avós, sem vocês eu não teria me tornado a mulher forte de hoje.

Outro apoio fundamental foi de meus amigos que conquistei nessa jornada universitária, todos que por algum momento tornaram o peso mais leve, através de um sorriso, de uma piada ou um abraço acolhedor. O acolhimento torna a vida mais leve, e sem vocês, eu também talvez não estaria aqui hoje. Em especial, quero agradecer principalmente Elton e Maria, que tenho certeza de que levarei para o resto da vida.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores que me acompanharam até aqui. O agradecimento especial, é claro, fica a cargo dos professores dessa incrível universidade, que apesar de ter sido a etapa mais complicada de toda a minha vida, ainda foi concretizada. Em especial à professora Luciana que aceitou o desafio de me orientar, todas as dicas e correções, todos os textos, foram muito enriquecedores.

RESUMO

Esse trabalho demonstra o perfil da expansão do acesso ao Ensino Superior no Brasil entre 1994 e 2019, de forma a descrever a distribuição das vagas e a capacidade das novas medidas em alterar a distribuição de vagas no ensino superior olhando para a distribuição de vagas em Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas no Brasil, e utilizando dois diferentes estados como *proxy*. Para isso, foram utilizadas as bases de dados oferecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Verificou-se expansão no número de vagas durante esses 25 anos, entretanto, tal expansão não se refletiu em oportunidades aos excluídos historicamente pelo sistema educacional. Percebe-se que as políticas de expansão de vagas no ensino superior não foram suficientes para possibilitar um acesso equitativo.

Palavras-Chave: educação, desigualdade, ensino superior, democratização,

ABSTRACT

This work demonstrates the expansion profile of the of access to Higher Education in Brazil between 1994 and 2019, in order to draw a descriptive profile of these vacancies and the effectiveness of the new measures in modifying the previous educational structure, verifying the distribution of vacancies in Public and Private Superior Educational in Brazil, and using two different states as proxy, São Paulo and Alagoas. We used the databases offered by the Anísio Teixeira National Institute of Educational Studies and Research (INEP). There has been a huge expansion during these 25 years, however, this expansion will not necessarily reflect those historically excluded by the educational system. There is a perceived demand for public policies to expand education, which despite supplying, is still not enough to achieve equitable access.

Keywords: education, inequality, higher education, democratization,

LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
CREDOC	Programa de Crédito Educativo
CST	Curso Superior de Tecnologia
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FGEDUC	Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
IES	Instituições de Ensino <u>Superior</u>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPI	Pretos, Pardos e Indígenas
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificado
UF	Universidade Federal
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UFFS	Universidade Federal da Fronteira do Sul
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFCA	Universidade Federal do Cariri
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. A Democratização no Ensino Superior	13
2.1. Desigualdade Educacional no Brasil – Um Breve Histórico	15
3. Políticas Públicas Educacionais no Brasil após 1988	17
3.1. Lei de Diretrizes e Bases (1996)	19
3.2. Instituições de Ensino Privado e Mercantilização do Ensino.	21
3.2.2. ProUni	22
3.2.3. Mercantilização do Ensino Superior Brasileiro	24
3.2.4. Possíveis Impactos no Ensino	27
3.3. Ensino Superior Público	28
3.3.1. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI)	28
3.3.2. Sistema de Seleção Unificada (SISU)	29
4. Uma análise da expansão das vagas em Instituições Públicas e Privadas	31
4.1. Expansão do Ensino	32
4.2. Evolução do Setor Privado	36
4.2.1. Análise do comportamento da oferta de vagas nos Estados	41
4.3. Ensino Público	43
4.3.1. Análise de São Paulo e Alagoas	45
4.4. Política de Cotas	47
5. Considerações Finais	51

1. Introdução

A educação se tornou uma grande pauta de pesquisadores durante os últimos vinte anos, diversas áreas se interessaram pelas mudanças recentes no setor educacional brasileiro, e na ciência econômica não foi diferente. As pesquisas no setor, são motivadas pela recente transformação e expansão pela qual passou o setor educacional.

O interesse, a partir da pesquisa ligada ao desenvolvimento socioeconômico, fica a cargo de analisar a expansão e transformação do ensino por uma perspectiva de mobilidade social. Em suma, a educação pode ser encarada como investimento em capital humano, a partir da percepção de que um cidadão com melhores níveis educacionais será capaz de aumentar a sua própria produtividade o que refletirá em maiores índices salariais (Sobrinho, 2010)

Neste sentido, a educação poderá ser vista como um investimento de longo prazo, quanto mais educado um cidadão, mais produtivo ele será no futuro. Assim temos a importância socioeconômica do investimento educacional. É importante frisar que o investimento educacional de fato, deverá considerar um conjunto de ações voltadas à democratização do ensino. Apenas a criação de instituições e aumento de vagas pode não corresponder às necessidades dos estudantes de baixa renda. Essa classe social em especial, lidará com barreiras socioeconômicas durante todo o percurso estudantil, tanto em universidades públicas quanto em universidades privadas (Sobrinho, 2010).

A democratização de fato, deverá compreender todas as medidas necessárias para incluir todo estudante no sistema, suprimindo seus *déficits* e eventuais problemas, Sobrinho (2010) propõe um debate extenso sobre a necessidade de medidas específicas para atender todo tipo de grupo estudantil, em especial, os historicamente excluídos. Em suma, Sobrinho (2010), propõe a hipótese de que apenas a oferta de vagas não é condição suficiente para inclusão social, é preciso contrastar a expansão com medidas socioeconômicas que sejam capazes de garantir condições aos estudantes menos favorecidos. Nesse sentido é fundamental que o investimento ocorra em função da inclusão social, para prover um acesso à educação capaz de promover ascensão social.

Este estudo parte do histórico, capaz de demonstrar a grande desigualdade social e educacional que se desenvolveu com a história brasileira. Questões sobre o modelo de colonização adotado no país, bem como a insuficiente inclusão educacional feita do século XX, serão fundamentais para compreender o impacto das recentes transformações no Brasil.

Partido do contexto desigual que se perdurou durante todo período, têm-se a expansão que começou a tomar corpo a partir da década de 90, seguindo influências de instituições internacionais (Rosa e Souza, 2019). Se tratando do Brasil, vê-se a grande expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) Privada, confrontando este fenômeno com o rumo tomado pelas IES públicas, em especial, as que estão sob responsabilidade federal. Portanto, pergunta-se: as transformações educacionais que ocorreram nas últimas décadas foram capazes de democratizar o ensino superior?

Esse questionamento será respondido com uma investigação do contexto histórico e recente do sistema educacional brasileiro, para identificar-se qual foi a inclusão social proposta, tanto IES públicas como IES privadas. Será que ambos os sistemas são capazes de democratizar o acesso ao ensino superior para os estudantes de baixa renda?

A democratização aparece como conceito abstrato, mas, na verdade, políticas públicas democráticas devem compreender toda a diversidade populacional. É fundamental que os mecanismos complementares à expansão de vagas atuem para estabelecer apoio financeiro a todos os estudantes. Portanto, é fundamental contemplar esse tópico para posteriormente analisar-se as falhas nas políticas públicas recentes.

A expansão do ensino será analisada por três diferentes perspectivas. A primeira será uma análise descritiva da expansão de vagas no país entre 1994 e 2019, identificando os picos de expansão e suas causas, bem como quais foram seus impactos na democratização do ensino. A escolha desse período foi motivada por conseguir captar as principais mudanças do ensino superior recente, sendo iniciada pela LDB de 1996 e finalizando através da reformulação do FIES de 2015, assim conseguimos analisar em um longo período de tempo as consequências das transformações do ensino privado, e também captamos as consequências do REUNI e Lei de Cotas para o Ensino Público.

A segunda análise versa sobre a distribuição das vagas entre o setor público e privado. Para tanto, serão usados como *proxy* os estados de Alagoas e São Paulo. Ambos foram escolhidos devido às díspares posições nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)¹. Por fim, analisam-se os impactos da política de cotas na última década e seus efeitos nas respectivas regiões, bem como o diferente impacto causado no ensino público e privado.

Finalmente, foram tecidas as considerações finais sobre os dados desenvolvidos, mostrando as conclusões obtidas nas análises de acordo com a bibliografia trabalhada.

¹ IDH é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimento utilizando itens como riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida para avaliar o bem-estar da população.

2. A Democratização no Ensino Superior

Entre os grandes problemas históricos e estruturais que marcaram o desenvolvimento brasileiro, é na educação que encontraremos um dos principais pilares para entender a desigualdade social instalada no país. Segundo Sobrinho (2010) o modelo liberal não discordará da importância da educação como pilar de uma sociedade desenvolvida, entretanto a pauta desenvolvida terá a base na reprodução do capital financeiro. Nesta perspectiva, a educação estará vinculada à pauta econômica de reprodução do capital mediante formação de trabalhadores com o objetivo de aumentar a produtividade. Partindo desta perspectiva, é possível que tal modelo seja capaz de promover um sistema educacional que promova a igualdade de oportunidades, suprimindo necessidades socioeconômicas dos menos favorecidos?

A sociedade brasileira atualmente parece marcada por tensões ligadas à dualidade do perfil das Instituições de Ensino Superior (IES) atuantes no país. Conseguimos facilmente identificar dois diferentes modelos de ensino, os que se voltam ao mercado e os que buscam formar cidadãos (Gumport, 2007). Morosini, (2014) ressalta que em toda a América Latina existem sistemas de educação superior heterogêneos marcados pela segmentação social, contraposição entre lucro, o valor social do conhecimento e relevância social para a competição econômica.

Partindo desta dualidade, debatemos o que de fato pode ser entendido através do conceito de democratização do ensino. Sobrinho (2010) propõe uma discussão sobre o carácter público da educação, segundo o autor, a educação deve ser compreendida como um bem público em sua essência, um bem não-rival e não-excludente, portanto, não deve haver rivalidade ou barreiras para o ingresso de estudantes no ensino superior. Deste modo, podemos compreender que a simples ampliação de vagas não será o suficiente para satisfazer essas duas condições. Segundo Sobrinho (2010), a democratização deverá de fato tornar a universidade acessível a pessoas de todas as classes sociais, sem distinção ou quaisquer barreiras.

Dada a relevância do assunto, a própria Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou, em janeiro de 2008, o artigo *“Ten Steps to Equity in Education”*, o qual define a equidade de ensino:

Equity in education has two dimensions. The first is fairness, which basically means making sure that personal and social circumstances – for example gender, socio-economic status or ethnic origin – should not be an obstacle to achieving educational potential. (OCDE, 2008, p. 2)²

Este documento define a educação “igualitária”, tal qual deverá a princípio garantir que tanto condições sociais e econômicas não sejam um obstáculo para obter um ensino de qualidade. Esta definição com certeza está de acordo com o que foi proposto por Dias Sobrinho (2010) e Morosini (2014), portanto notamos uma preocupação, sobre a justiça social no meio estudantil.

Morosini (2014) nos traz um conceito mais sólido e completo, segundo a autora, a qualidade da educação na perspectiva da equidade social deverá trazer o conceito de ‘tratar desigualmente os desiguais’, um tratamento capaz de refletir a larga diferença social entre as diferentes classes, em um país como o Brasil com profunda desigualdade social. Partindo deste pressuposto, o sistema será considerado equitativo quando os resultados não dependerem das características iniciais, e sim quando o ensino for capaz de suprir as necessidades específicas de cada estudante.

As definições de equidade social implicam, que questões como raça, gênero, condição social ou quaisquer outras externalidades não se tornem grandes obstáculos para o acesso ao ensino, nem para sua participação e resultados. A equidade é fundamental para garantir uma democratização real, entretanto, enfrentaremos o dilema de lidar com as adversas condições de cada estudante, para que seja um ambiente justo (Felicetti e Morosini, 2009). Nesse sentido, a equidade deverá estar ligada às medidas de apoio e acompanhamento estudantil.

Considerando uma população muito desigual em termos financeiros, sociais e educacionais é improvável que a ampliação no número de vagas seja uma condição suficiente para democratizar o ensino superior. Assim, a democratização, deverá contemplar medidas complementares à expansão. Em contextos desiguais, a seguridade social é fundamental para garantir aos jovens um ambiente favorável para a ascensão social enquanto mantém a respectiva rotina estudantil (Dias Sobrinho, 2010).

² OCDE. Policy Brief: Ten Steps to Equity in Education. OECD Observer. January, 2008.

Em seu conceito mais puro, a democratização só será atingida mediante a implementação de um sistema articulado capaz de preencher as lacunas e dificuldades sociais daqueles que vêm de classes sociais menos favorecidas.

2.1. Desigualdade Educacional no Brasil – Um Breve Histórico

Ao contrário da América Hispânica, onde as primeiras universidades foram criadas logo no século XVI, o Brasil não possuiu universidades ou instituições de ensino superior durante o período colonial. Segundo Durham (2003), a Coroa portuguesa atuou para impedir a formação de intelectuais na colônia, logo, a formação ficou restrita à metrópole portuguesa. As primeiras instituições, de fato, surgiram só após a vinda da família real portuguesa para o Brasil.

Podemos ter uma perspectiva analítica de fato a respeito da desigualdade histórica no Brasil, dentre alguns intelectuais dedicados a estudar o período, podemos destacar Menezes-Filho et al (2016) que realizou um cálculo do índice de desigualdade estrutural do século XX. Segundo Menezes-Filho et. al (2016), em 1900 a maior parte da população brasileira era composta por analfabetos, gerando um elevado índice *de gini*³ [de 0,76], tal problema foi causado por um sistema educacional extremamente restrito, inclusive, foi o período que a desigualdade mais se acentuou. Foi observado um crescimento maior no número de pessoas analfabetas, do que de pessoas com escolaridade. São Paulo foi sem dúvida o estado mais beneficiado, com a menor taxa de desigualdade do país.

Segundo Menezes-Filho et. al (2016) a média de estudos no Brasil foi historicamente sempre muito baixa, notando-se até mesmo um atraso comparado com os vizinhos latino-americanos, esse sistema permaneceu até a ruptura da primeira república em 1929. O ensino superior foi introduzido de forma concreta no Brasil apenas durante a década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e mesmo assim, o desenvolvimento se baseou no contexto tradicional do período colonial: através de cursos tradicionais (Medicina, Direito e Engenharia), e com oferta privada (Severino, 2008). Somente em 1934 foi criada a primeira universidade pública do país que se baseou no tripé pesquisa-ensino-extensão, na cidade de São Paulo, tal qual

³ O índice de gini é um instrumento para medir o grupo de concentração de renda de um determinado grupo ou região, ele aponta a diferença de rendimento entre ricos e pobres.

hoje é conhecida como USP. Portanto, ainda reproduzindo o caráter centralizado da educação, a situação não foi radicalmente modificada, a estrutura desigual continuou se perpetuando, com a centralização de recursos na região sudeste.

Já a partir da década de 1940 aconteceram várias reformas, as chamadas Leis Orgânicas, com o objetivo de delimitar o ensino primário e secundário, valorando os cursos profissionalizantes. Entretanto, a transformação não representou grande evolução, já que a estrutura não foi desfeita, portanto, ainda houve concentração de vagas nas regiões mais favorecidas, contribuindo para a desigualdade regional.

Segundo Sampaio (2012), o período também representou um leve aumento no número de matrículas do ensino superior, impulsionado por pressão de diversos setores da sociedade, que seguiam em crescimento. Algumas pessoas das classes marginalizadas acessaram esse novo nível de escolaridade, como jovens, velhos e mulheres.

Os anos 60 foram marcados por uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961⁴, responsável por estabelecer um setor privado mais ágil, na qualidade do serviço. Entre 1960 e 1980 o número de matrículas do ensino superior passou de 200 mil para 1,4 milhão (Sampaio, 2000).

Segundo Porto e Régner (2007) as matrículas no ensino superior dobraram entre 1975 e 1995, os dados levantados indicam taxas de crescimento substanciais em todos os países. Amaral e Oliveira (2011), atribuem esse aumento de concluintes do ensino médio, bem como a nova necessidade de aquisição de competências para o mercado de trabalho. Apesar de tal crescimento, ainda existia uma lacuna de ampliação do acesso, principalmente para as classes sociais mais baixas. O sistema educacional ainda contava com grandes dificuldades devido ao baixo número de IES públicas do país, em conjunto com uma elevada relação candidato/vaga e a formação deficiente da educação básica pública (Amaral e Oliveira, 2011). Essas condições foram fundamentais para perpetuar o processo de exclusão da população de baixa renda, acentuando ainda mais o alto custo de mensalidade das universidades privadas. Esses fatores em conjunto foram responsáveis pelo aumento da evasão no ensino superior.

⁴ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: fev. 2021.

Segundo Durham (2003), até meados da década de 1980, a educação brasileira foi dominada pelo setor privado em caráter confessional ou comunitário, pois as instituições não tinham permissão para atuar com fins lucrativos, assim o projeto das IES privadas se assemelhava às IES públicas. O movimento de expansão que se iniciou nesse período foi voltado para o ensino em massa, posteriormente migrou para o abandono das atividades de pesquisa sem muita preocupação com a qualificação dos docentes, modelo que culminaria na finalidade lucrativa no futuro.

Durante o século XX a educação no Brasil evoluiu muito, saindo de um país predominantemente analfabeto com ausência de ensino superior, evoluindo para um país com educação básica estabilizada com expansão das vagas no ensino superior. O maior problema relaciona-se justamente com o perfil concentrado e excludente da educação se perpetuar ao longo dos anos, apesar dos avanços sociais conquistados. Em 1980 o setor privado já era predominante entre as IES do país, respondendo por cerca de 63% do total (Sampaio, 2012), já nos demonstrando um domínio do setor privado, que na época foi marcado também pela dificuldade de acesso, devido as altas mensalidades combinadas com um complexo cenário econômico. A situação só se alteraria a partir do final da década de 1990.

3. Políticas Públicas Educacionais no Brasil após 1988

A partir da década de 1980, o Banco Mundial (BM) atuou conduzindo propostas de reformas para o segmento educacional ao redor do mundo, Rosa (2019) compreende essa postura como resposta à crise capitalista da década de 1970. Essas reformas atendem ao ideal neoliberal, alterando a estrutura educacional para uma diretriz econômica, através de uma proposta pró-mercado. A década foi um período de transição política em território nacional que culminou na constituição de 1988 (CF 1988). A nova constituição definiu que a educação de qualidade é um direito de todos, bem como estabeleceu que o ensino também seria livre à iniciativa privada, desde que devidamente autorizada pelo poder público. Partindo deste cenário, os anos 90 se tornaram um palco para grandes reformas educacionais, esse cenário se acentuou após a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da república, em 1995.

O BM foi precursor de reformas no setor educacional, justamente neste período, fazendo recomendações mundialmente, portanto o Brasil não foi um caso isolado. A organização passou a defender, de forma mais expressiva, a diversificação de fontes de financiamento para a educação, pontuando um direcionamento do ensino superior para a iniciativa privada, principalmente para países em desenvolvimento (Sguissardi, 2008). O documento *“Higher Education: The Lessons of Experience”* (Banco Mundial, 1994) já propunha a diversificação de fontes, propondo a adoção da universidade de ensino sem a obrigatoriedade de atuar em conjunto com a pesquisa científica.

Segundo Rosa e Souza (2019) noutro documento expedido em 1996 *“Prioridades y estrategias para la educacion”*, o BM trouxe a educação com foco no desenvolvimento econômico e superação da pobreza, principalmente em países periféricos. Diversos autores tratam esse documento, na verdade, como uma concepção capitalista do ensino, tratando-o como uma mercadoria direcionada exclusivamente a atender as necessidades de reprodução do capital, ao invés de ser vista para superar a pobreza e o subdesenvolvimento. Nos anos seguintes, o BM (2000) continuou publicando documentos em defesa da ampliação das instituições privadas. Uma das maiores evidências da defesa da mercantilização do ensino está presente em outro documento, que sugere ampliar fontes de financiamento do ensino privado. Durante os últimos 20 anos, várias agências multilaterais se dedicaram a expedir documentos com este mesmo objetivo (Rosa e Souza, 2019).

Para Rosa e Souza (2019) as recomendações expedidas ao nível global pelo BM são uma defesa de um novo modelo de organização dos níveis de ensino, onde o estado será responsável pela oferta da educação no Ensino Básico, enquanto os demais níveis, principalmente o superior, devem ser entregues à iniciativa privada. Os documentos apontam um diagnóstico no ensino superior indicando um déficit público para os países em desenvolvimento [a causa apontada para o déficit é justamente o excesso do suporte ao ensino superior ao nível público e estatal]. A defesa é da “universidade de ensino”, tal qual nega a pesquisa como um pilar fundamental.

Entre os documentos citados, é possível destacar alguns claros objetivos institucionais apoiados pelo BM supostamente com o objetivo de diversificar os recursos. Rosa e Souza (2019) identificam alguns pilares apontados pelo BM: (i)

Diversificação de instituições e cursos, incluindo instituições privadas e não universitárias além da criação de novas modalidades de cursos de baixo custo; (ii) diversificação de financiamento da universidade, bem como o corte de verbas públicas destinadas a suporte estudantil (moradia, alojamento); (iii) definição de uma política de qualificação do ensino superior, idealizada por parte da iniciativa privada.

Concomitantemente ao início da ação do BM na agenda educacional, o Brasil reorientou suas políticas públicas para educação, as quais começavam a se adequar aos novos padrões defendidos internacionalmente (Rosa e Souza, 2019). A gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) orientou as políticas públicas conforme a agenda proposta, alterando os padrões educacionais do país e dando maior flexibilidade para o setor privado se organizar de forma autônoma.

3.1. Lei de Diretrizes e Bases (1996)

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi possível à iniciativa privada atuar em vários setores da economia, incluindo a educação. Assim, a reforma que seguiu as instruções do BM, visava propiciar um ensino superior de baixo custo, sem comprometer os gastos governamentais.

O principal marco da nova estratégia proposta para a educação superior foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB)⁵ aprovada em dezembro de 1996, a qual foi responsável por abrir caminho para novas disposições legais. Segundo Durham (2003) a LDB definiu uma nova posição para as universidades, bem como exigiu o credenciamento periódico das instituições em conjunto com condições mínimas de qualificação dos docentes.

Durham (2003) afirma que a LDB foi responsável por criar um sistema, agora totalmente heterogêneo, no qual coexistem universidades onde se realizam pesquisas com outras categorias de IES, desse modo a LDB promove flexibilização e liberalização ao sistema privado, gerando conseqüentemente uma nova organização desse setor. As IES privadas também ganharam mais autonomia a respeito para criar cursos e ampliar vagas para os já existentes. O setor público não foi muito afetado pelas mudanças.

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: out. 2020.

Com a flexibilidade proposta pela LDB, o ensino superior privado pode realizar algumas transformações em suas instituições, Sampaio (2012) destaca três principais consequências diretas: (i) transformação das instituições em universidades, que evidenciou as instituições de maior porte, podendo oferecer uma oferta mais diversificada de cursos; (ii) A interiorização, partindo para uma busca de novas demandas com a criação de novos estabelecimentos; e por fim (iii) a fragmentação de carreiras que foi uma estratégia para enquadrar novas demandas de modo a atender novos mercados. Desse modo, as instituições privadas ficaram livres para buscar um novo mercado, com criação de novos cursos de nível superior tecnológico, adesão à modalidade à distância, assim capazes de atender todo um novo mercado, e até mesmo serem pioneiros em certos setores.

Esse movimento abriu lacuna para aprovação posterior de novas reformas no setor educacional, as quais se seguiram durante o ano de 1997. O principal destaque do período foi o decreto n.º 2.306 de 19 de agosto de 1997⁶ (Brasil, 1997) publicado com o objetivo de regulamentar o ensino superior privado no país. A lei dispõe sobre a natureza civil e comercial das instituições de ensino privado, criando a possibilidade da existência de uma instituição de ensino que pudesse assumir a natureza civil, e comercial. Com base no decreto 2.306 as instituições de ensino superior passaram a ser instituições sem fins lucrativos ou entidades com fins lucrativos (Sampaio, 2000). Esse decreto foi outra base sólida para mercantilizar o sistema educacional privado no país, pois legalizou a atividade lucrativa.

As instituições a partir de então ficaram livres para atuar com o objetivo de produzir mão de obra orientada para o mercado de produção capitalista.

“[...] o ensino superior tornou-se uma mercadoria possível de ser adquirida em qualquer esquina por um valor qualquer que enriquece o empresariado do ensino particular e aliena os jovens, ao oferecer uma educação de baixa qualidade, não reflexiva, voltada para gerar mão-de-obra e orientada pelo ideal de consumo característicos do capitalismo contemporâneo.” (Sampaio, 2012, p. 6)

Já em 1998, como contribuição da Conferência Mundial Sobre a Educação Superior, em Paris, o BM já adiantava a tese que iria respaldar a abertura do mercado da educação no Brasil à iniciativa privada. Segundo Sguissardi (2008), a liberação de

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm>. Acesso em: jan. 2021.

multicampi e interiorização das universidades para as grandes redes facilitou a empreitada de grandes grupos do setor, e de fundos de investimento, que chegaram a ultrapassar as fronteiras estaduais.

A diversificação do setor educacional brasileiro favoreceu a expansão do ensino privado, contando com aumentos expressivos já mesmo durante a própria gestão de FHC (Rosa e Souza, 2019). O movimento também foi responsável por viabilizar os programas estudantis criados posteriormente, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). O governo seguinte, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, deu continuidade à agenda do BM, aprofundando as políticas que favoreceram o setor privado.

3.2. Instituições de Ensino Privado e Mercantilização do Ensino.

3.2.1. FIES

No final da década de 90, após a aprovação da LDB de 1996, o governo promoveu mudanças no crédito educativo (Creduc) para incentivar ainda mais os estudantes de baixa renda a frequentarem o ensino superior. Inicialmente o Creduc foi um programa do governo federal destinado a custear estudantes de baixa renda no ingresso de IES privadas. Foi institucionalizado através da Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992.

Um dos maiores problemas do Creduc foi o alto índice de inadimplência, passando de 80% no fim da década de 90 (Miranda e Azevedo, 2020), dado tal problema, o governo federal editou uma medida de renegociação de dívidas em 1999, e posteriormente substituiu o antigo programa de Crédito Estudantil pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) na medida provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999⁷. O FIES foi oficialmente implementado 2 anos depois, através da Lei 10.260, em 12 de julho de 2001⁸. No seu artigo 1º, a lei determina que o programa é destinado à concessão de financiamentos a estudantes regularmente

⁷Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1999/medidaprovisoria-1827-27-maio-1999-378036-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jul. 2021.

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: jul. 2021.

matriculados nos cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O FIES é composto por recursos financeiros que constituem as seguintes fontes: dotações orçamentárias consignadas ao MEC; renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal; Encargos e sanções contratualmente cobrados e financiamentos concedidos; taxas e emolumentos cobrados dos participantes. Encargos e sanções cobrados; rendimento das aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; receitas patrimoniais e outras receitas (Brasil, 2011).

O FIES foi parte das ações do governo FHC para o crescimento específico do setor privado da educação, e logo no seu primeiro ano de atuação já gerou um crescimento exponencial em matrículas, bem como também auxiliou o aumento de novas instituições. Durante os 8 anos de FHC foram criadas 758 novas instituições, houve um aumento de 127% em instituições de ensino, contra redução de 10,5% de IES públicas (Miranda e Azevedo, 2020).

Ao longo dos mais de 20 anos de existência, o FIES passou por diversas transformações com o objetivo de ampliar ainda mais a cobertura do programa, a principal mudança foi através da Lei Nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, que resultou em um aumento ainda mais abrupto do número de financiamentos. As principais transformações deste período se deram sob a ampliação do programa para o nível técnico médio, estudantes de mestrado e doutorado, e o fim da priorização de cursos em licenciaturas e medicina. O prazo de carência para pagamento também foi aumentado de 6 para 18 meses, bem como inclui-se a possibilidade de abatimento da dívida para os cursos de licenciatura e medicina.

O FIES, bem como o ProUni que falaremos posteriormente, foram fundamentais para a expansão do ensino superior privado, que se deu sob bases de financiamento e endividamento, consolidando o ensino puramente como uma mercadoria. Essa ideia suprimiu a educação como direito básico de todos, a transformando em um produto do capital (Miranda e Azevedo, 2020).

3.2.2. ProUni

O Plano Nacional de Educação (PNE)⁹, aprovado no ano de 2001, estabeleceu uma meta de que 30% dos jovens de 18 a 24 anos estivessem cursando o ensino superior até o final da década. No entanto, a Síntese dos Indicadores Sociais de 2009 indicava que apenas 13,7% da população estava devidamente matriculada no ensino superior, os censos do período também apontavam para o protagonismo das IES privadas (Amaral e Oliveira, 2011). Nesse contexto, houve aumento na demanda das instituições de ensino por novas matrículas (Sampaio, 2012).

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado através da lei n.º 11.096 de 13 de janeiro de 2005¹⁰, para atender a demanda crescente para o acesso ao ensino, referendado por um discurso de justiça social. O programa almeja conceder bolsas de estudos aos estudantes de baixa renda, as bolsas podem ser integrais (100%) e parciais (50% e/ou 25%). Considerando cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de ensino superior privadas, oferecendo, em contrapartida, para as instituições que aderem ao programa a isenção de impostos federais, tratando-se de uma ação extra orçamentária. (Brasil, 2005).

Segundo a Lei n.º 11.096, as instituições que aderirem ao ProUni ficam isentas de quatro tributos federais, sendo eles: (i) Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas; (ii) Contribuição Social sobre Lucro Líquido; (iii) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e (iv) Contribuição para o Programa de Integração Social (Brasil, 2005).

A justificativa dada pelo MEC para implementar o programa de subsídio é que o ProUni seria uma forma de criar vagas e aumentar o ingresso ao ensino superior, sem grande investimento por parte do governo federal, já que a renúncia fiscal seria inferior ao total investido para gerar essas vagas em instituições públicas. (Amaral e Oliveira, 2011). Foi uma ação bem-sucedida para todos os lados: i), para a população economicamente vulnerável facultou nova forma de ingresso ao ensino superior; ii) para o governo federal que gastou pouco com o projeto; e iii) para o setor privado no qual teve suas vagas preenchidas sem a necessidade de investimento. (Sampaio, 2012).

⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: fev. 2021.

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: out. 2020.

Como ainda existiam problemas para garantir a continuidade de estudo dos bolsistas, a lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005¹¹ publicada com o objetivo de instituir o benefício de bolsa permanência para os alunos matriculados no ProUni. O auxílio era no valor de até R\$ 300,00 e foi concedido apenas a estudantes com bolsa integral em utilização, que estivessem matriculados em cursos presenciais com no mínimo 6 semestres de duração e carga horária média de 6 horas diárias de aula. No entanto, o pagamento foi condicionado à disponibilidade do MEC (Brasil, 2005).

Qualquer instituição de ensino superior privada pode aderir ao ProUni, seja com ou sem fins lucrativos. A condição imposta é que devem oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada 10,7 estudantes pagantes e devidamente matriculados no período anterior, excluído o número de bolsistas oferecidos pelo ProUni ou pela própria instituição. As obrigações a serem cumpridas serão previstas no termo de adesão ao ProUni, no qual constam necessariamente: proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade; percentual de bolsas destinado à implementação de políticas afirmativas ao acesso de portadores de deficiência, negros e indígenas (Amaral e Oliveira, 2011).

A maior parte da literatura sobre a educação superior no Brasil está objetivamente destinada a estudar a pressão dos grandes grupos educacionais para criar mais vagas, tais instituições sofrem com inadimplência e desistência dos alunos, logo, o ProUni e FIES passaram a ser uma alternativa para mitigação dos problemas financeiros das universidades. Tal pressão foi fundamental para gerar a financeirização do ensino superior que temos hoje (Santos-Filho, 2016).

3.2.3. Mercantilização do Ensino Superior Brasileiro

As ações pró-mercado tomadas através do primeiro governo de Fernando Henrique podem ser compreendidas, segundo Rosa e Souza (2019), como uma atividade vinculada à acumulação de capital, esse movimento foi relacionado diretamente ao processo de financeirização da economia mundial, marcado por reformas que desregulamentou os fluxos financeiros, criando mercados para novos investimentos.

¹¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11180.htm>. Acesso em: fev. 2021

O BM foi responsável por direcionar as políticas educacionais dos países periféricos, bem como suas políticas sociais e econômicas. Rosa e Souza (2019) apontam que as recomendações foram com o objetivo de fazer o ajuste macroeconômico necessário para a inserção dos países periféricos no contexto da globalização mundial. O avanço da privatização, segundo Chaves (2010) visava reduzir a presença do Estado, o que gerou como consequência a priorização dos recursos para o atendimento do ensino básico, entregando a acessibilidade de estudantes no ensino superior à iniciativa privada, induzindo o próprio estudante a procurar recursos no mercado privado. Nesse sentido, a educação deixou de ser um direito social assegurado pelo Estado, tratando-se de uma simples mercadoria

As instituições de ensino privado apoiam-se no fato de terem se tornado um sistema diverso e flexível, ampliando-se tanto no número de instituições, quanto o número de vagas, sem comprometer diretamente os gastos públicos¹². Assim as IES privadas foram estimuladas pelo próprio governo, através de incentivos fiscais e liberalização de serviços educacionais, desvinculando-se totalmente da pesquisa acadêmica (Chaves, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases, portanto, foi um marco legal para implantar essa reforma no Brasil, além de contribuir com a expansão do ensino superior privado que foi um pilar para a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), no qual embora tenham surgido como meio para garantir o acesso democrático aos estudantes em condições de vulnerabilidade, também podem ter contribuído para a criação do processo de mercantilização e financeirização que se surgiu posteriormente. A característica mais marcante do ensino privado no Brasil dos últimos anos foi o crescimento do setor privado de ensino, que como já citamos foi um resultado tanto do aumento de demanda, quanto das ações governamentais. Nesse sentido, o setor foi um investimento em potencial.

Segundo Sampaio (2003), a nova tendência que se estabeleceu sobre as IES privadas levou a uma redução de custos, tornando o setor de ensino coordenado pelas grandes empresas com operação em escala, reduzindo os custos operacionais

¹² Segundo Chaves (2010) a hipótese usada pelo governo federal para sustentar a ampliação de vagas no setor privado com incentivo federal, foi a de que os gastos com as isenções fiscais promovidas pelo ProUni seriam mais econômicos que criação de vagas através do ensino público, já que o governo não teria gastos com infraestrutura. Desse modo, o setor privado se torna uma alternativa viável que compromete menos as instituições federais de ensino.

e tornando as empresas padronizadas, assim é possível cobrar menos dos próprios alunos, levando a uma diminuição do valor médio da mensalidade, bem como uma elevação da margem de lucro. Algumas dessas mudanças, sem dúvidas, foram propiciadas também pelo avanço tecnológico do período, que propiciou o fortalecimento da educação à distância, por exemplo.

O surgimento de uma economia global baseada no conhecimento aliado a aplicação de tecnologia e desenvolvimento econômico é sugerido pelo BM através do documento do BM "*Aprendizaje permanente en la economía global*" (Rosa, 2019). Através desse documento temos a necessidade de ampliação de meios de aprendizagem mais flexíveis, atribuindo esse caráter ao setor privado. Em publicações posteriores, o BM continua defendendo a necessidade de ampliação do setor privado de ensino. Segundo Rosa (2019), esse movimento se caracteriza através do aprofundamento da privatização, consolidando um novo mercado de caráter global, materializado através das instituições e reformas voltadas à América Latina. Temos o crescimento da educação que a partir de agora possui como prioridade a atividade financeira. Sampaio (2010) aponta que o BM toma para si o papel de ministro da educação dos países periféricos.

As instituições mais beneficiadas com a adesão ao ProUni são as que possuem fins lucrativos, pois a adesão irá isentá-la de todos os tributos federais antes recolhidos contam com maior flexibilização para a concessão de bolsas, pois o parâmetro é a receita bruta.

Por meio desses processos financeiros, foi iniciado o processo de mercantilização do ensino superior, acentuado a partir de 2007, e de forma concomitante nota-se grande movimento de fusão, compra e venda de instituições de ensino. As pequenas instituições passaram a ser adquiridas por grandes grupos educacionais, razão que faz os grandes grupos crescerem cada vez mais no país. Muitas universidades que há 20 anos eram instituições pequenas isoladas no interior do país, hoje integram grandes grupos educacionais, incluindo grupos estrangeiros. Esse movimento vem reconfigurando o sistema superior de ensino no contexto global (Sampaio, 2003).

A transformação no setor privado foi fundamental para a expansão da educação, principalmente para a educação superior que aprofundou sua hegemonia concentrando ainda mais o mercado. A principal mudança se trata de uma grande

transformação ligada a entrada de capital portador de juros e capital fictício nas instituições de ensino, incluindo capital vindo do exterior (Santos-Filho, 2016), o fenômeno está ligado à ampliação da atuação de grupos financeiros no setor educacional.

A mercantilização é reforçada por algumas características particulares, segundo Rosa (2019) podemos citar: i) Desvalorização do trabalho docente; (ii) sucateamento de instituições públicas, resultante da austeridade fiscal; (iii) inserção de multinacionais; e (iv) leis que facilitam a entrada de capital financeiro no setor. Rosa (2019) também aponta o fator importante do capital fictício, no qual as participações podem ser vendidas com ganhos patrimoniais. O fenômeno resulta em saturação da concorrência com mensalidades baratas, pecando na estrutura de ensino e precarizando o trabalho dos docentes.

Essas evidências demonstram que as instituições voltaram seus objetivos a serem provedoras de lucro financeiro, no qual o conhecimento se torna apenas um produto comercial explorável desprezando completamente a qualidade que será ministrada, bem como o seu papel como formador de um cidadão com senso crítico.

Esse fenômeno também foi coberto por aquisições e fusões, destacando-se dois movimentos particulares: A abertura de capital na bolsa - os IPOs (Initial Public Offering); e o estabelecimento de grandes redes mundiais de educação (Sampaio, 2003). No Brasil podemos destacar algumas grandes empresas atuantes no segmento educacional que se destacam no mercado de capitais: Anhanguera S.A; Estácio Participações; Sistema COC de Educação e a Kroton Educacional (Santos-Filho, 2016).

3.2.4. Possíveis Impactos no Ensino

As IES, em especial privadas, foram capazes de se reorganizar a partir da LDB de 1996, em um modelo que se deu inteiramente voltado a atender as perspectivas de mercado. Esse novo modelo de instituição mercantil propõe novos papéis a alunos e professores: os alunos passam a ser clientes, os professores agora assumem a posição de meros prestadores de serviço. A consequência mais clara disso é a objetividade do ensino, os resultados agora precisam ser rápidos, talvez imediatos (Bechi, 2011).

Como resultado de um ensino que propõe imediatismo, a própria grade dos cursos passa a sofrer constantes alterações, como por exemplo a extinção cada vez maior de disciplinas das formações humanísticas e sociais em prol de um ensino mais técnico e encurtamento dos cursos, até mesmo com a criação de novos cursos de curta duração. A soma de encurtamento de cursos, modelo de educação em escala e aumento massivo de alunos gerou um modelo extremamente lucrativo, onde as aulas são limitadas em prol de agilidade e lucratividade (Bechi, 2011).

O novo modelo mercantil sem dúvidas acarreta em grande defasagem na formação acadêmica, gerando assim grandes prejuízos a carreira profissional dos novos graduandos, as promessas de rápido retorno financeiro na verdade se traduzem em profissionais despreparados para o mercado de trabalho, e conseqüentemente, mal remunerados (Bechi, 2011).

3.3. Ensino Superior Público

O Ensino Superior Público também sofreu uma grande transformação neste mesmo período histórico, trata-se da ampliação significativa no número de instituições e no número de vagas, para tentar acompanhar o rápido ritmo de expansão do setor privado.

A transformação do sistema público de ensino se deu através da criação de três principais instrumentos: (i) a Instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007; (ii) criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2010; e por fim (iii) a criação da Lei de Cotas em 2012.

3.3.1. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI)

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido como REUNI, foi criado por meio do decreto 6.096

de 24 de abril de 2007¹³ durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo deste programa foi criar condições possíveis para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, para isso utilizando as universidades federais (Brasil, 2007).

O REUNI foi criado uma meta global, elevar a taxa de conclusão média dos cursos presenciais de graduação para 90% dos alunos de graduação em cursos presenciais, e chegar à relação de dezoito alunos para um professor, ao final de 5 anos a partir da instituição do programa. O programa contou com seis diretrizes principais para atingir sua meta: (i) redução da evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas; (ii) ampliação da mobilidade estudantil; (iii) revisão da estrutura acadêmica, contando com a reorganização dos cursos de graduação e metodologias; (iv) diversificação das modalidades de graduação; (v) ampliação da política de inclusão e assistência estudantil; (vi) ampliação da graduação e pós-graduação. Para isso o Ministério da Educação destinou mais recursos financeiros através do programa, os quais serão reservados a cada universidade federal, para poderem adequar sua infraestrutura (Brasil, 2007).

3.3.2. Sistema de Seleção Unificada (SISU)

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi criado através da Portaria Normativa Nº2, de 26 de janeiro de 2010¹⁴, ainda no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A portaria foi responsável por regulamentar e instituir o sistema informatizado que é gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC). O SISU seleciona candidatos às vagas de cursos de graduação disponibilizadas por instituições de ensino superior público (Brasil, 2010).

A seleção dos candidatos se dá por meio da base dos resultados obtidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), todo o controle de cronograma da seleção é controlado diretamente pelo Ministério da Educação. A própria instituição fica responsável pela inserção e execução dos processos seletivos de suas vagas no

¹³ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: set. 2020.

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192>. Acesso em: fev. 2021

SISU, incluindo número de vagas, cursos e ações afirmativas. Os candidatos inscritos no SISU ficam isentos de qualquer eventual cobrança, e durante o período de inscrição, podem alterar a qualquer momento a sua opção de vaga ou instituição (Brasil, 2010).

Antes da criação do Sistema Unificado, cada instituição ficava responsável por ministrar seus próprios processos seletivos de forma particular, usualmente as provas eram através de um exame vestibular convencional aplicado no mesmo município da instituição, o que tende por prejudicar os estudantes não residentes, já que se criava um custo elevado para o deslocamento de realização da prova (Menezes-Filho et. al, 2016).

O conjunto do Sistema Unificado com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi extremamente positivo para educação pública, já que ambos ampliaram a possibilidade de ingresso dos estudantes ao redor do país, eliminando os custos de deslocamento para realização de provas e vestibulares. Assim, a unificação criou uma única prova para ingresso nas universidades federais, proporcionando que também através de um único sistema, o candidato possa aplicar para vagas em qualquer instituição participante.

Apesar dos benefícios, o SISU também foi controverso por conta de sua natureza excludente, isso ocorre, pois, os alunos são selecionados através de notas, beneficiando quem tem notas mais altas, sem distinção entre estudantes com diferentes condições sociais. O método escolhido para mitigar esse problema foi a aplicação de políticas com ações afirmativas para os grupos menos favorecidos. Essas ações foram denominadas como a política de cotas, sendo compreendidas por programas que buscam promover oportunidades a grupos específicos (Menezes-Filho, 2016).

A política de cotas representou uma nova transformação na questão de incentivo e melhorias ao ingresso do ensino superior, já que a reserva de vagas foi responsável por criar oportunidades para estudantes em condição de vulnerabilidade, assim essas classes ingressam cada vez mais em instituições que anteriormente não teriam acesso (Menezes-Filho, 2017).

4. Uma análise da expansão das vagas em Instituições Públicas e Privadas

A partir da década de 1990 o Estado ampliou consideravelmente as políticas de incentivo ao aumento da escolarização, esse período foi marcado pelo aumento de matrículas em todos os níveis de ensino, o aumento das matrículas no ensino superior se deu principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A LDB traçou um projeto que se concretizou durante os anos seguintes, e que moldam as políticas educacionais até os dias de hoje.

A expansão do Ensino Superior foi direcionada pelas recomendações do BM (1995)¹⁵. Essa ampliação foi impulsionada quase que exclusivamente através de Instituições de Ensino Privado, a qual atribuímos um marco através do decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997, que regularizou pela primeira vez a operação de Instituições de Ensino com fins lucrativos.

Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II do art. 19 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro. (Brasil, 1997)

Tanto a LDB quando o decreto 2.306/1997 evidenciam que o aumento do setor privado educacional foi feito com forte incentivo estatal, portanto a partir desta afirmação que questionamos se o direcionamento destas políticas é capaz de cumprir seu dever social em promover equidade no acesso para todos, independente de fatores socioeconômicos. Analisaremos se o aumento expressivo do acesso ao ensino apresenta lacunas entre regiões ou diferentes classes sociais.

A educação em nível estatal tardou a acompanhar o ritmo acelerado de crescimento das Instituições Privadas, neste sentido, respeitando todas as recomendações do BM, podemos notar um foco do Estado apenas no ensino de nível fundamental e médio, enquanto existe uma precarização do investimento no ensino superior, o qual foi direcionado para os programas de financiamento estudantil. Os

¹⁵ Disponível em:

<<https://documents1.worldbank.org/curated/en/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>>. Acesso em: jul. 2021.

dois grandes pilares são o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

O setor público iniciou sua ampliação apenas 10 anos após as primeiras iniciativas direcionadas ao setor privado, essa ampliação foi concretizada através do decreto 6.096 de 24 de abril de 2007 que criou a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O programa almejou fornecer condições financeiras para uma reestruturação e ampliação no número de vagas, posteriormente houve a ampliação das políticas públicas. Neste momento, o setor privado já havia se estabilizado no novo modelo mercantilista, coube ao setor público tentar acompanhar tardiamente por meio do REUNI.

Art. 1º: Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (Brasil, 2007)

A hipótese é de que o investimento foi mais agressivo no setor privado, contribuindo para a geração de um novo mercado educacional mercantilizado, e com grandes e poderosos conglomerados. O setor público, embora também tenha se ampliado, apresentou lacunas de ingresso entre as regiões e classes sociais. Nosso questionamento se deu através da contribuição social de tais programas para o acesso ao conhecimento, com o objetivo de verificar se as hipóteses de concentração e pouca oportunidade de acesso se comprovam.

4.1. Expansão do Ensino

Conforme já enfatizado no capítulo anterior, a grande transformação do ensino superior se deu durante a década de 90 e começo dos anos 2000, onde ocorreram as grandes reformas capazes de moldar o cenário atual. A regulamentação da atividade lucrativa das instituições privadas iniciou um processo de expansão do setor.

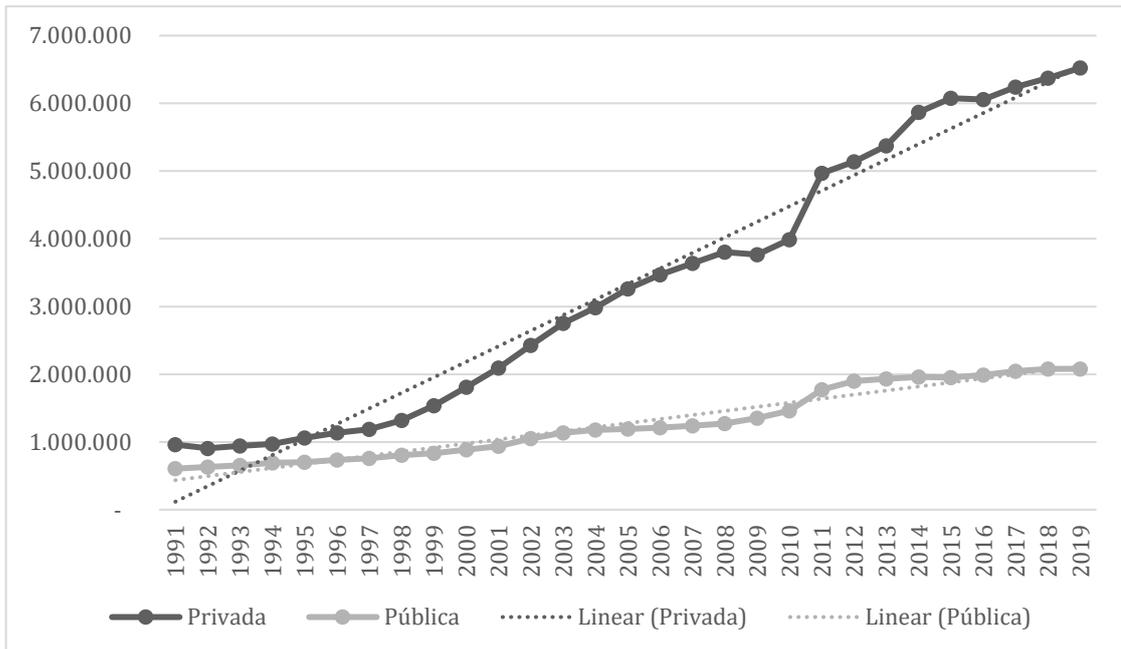
Tabela 1 - Número de Matrículas em Instituições de Ensino Superior entre 1994 e 2019

ANO	IES PRIV	%Priv	IES PUB	%Pub	Total
1994	970.584	58,43%	690.450	41,57%	1.661.034
1995	1.059.163	60,19%	700.540	39,81%	1.759.703
1996	1.133.102	60,64%	735.427	39,36%	1.868.529
1997	1.186.433	60,98%	759.182	39,02%	1.945.615
1998	1.321.229	62,15%	804.729	37,85%	2.125.958
1999	1.537.923	64,89%	832.022	35,11%	2.369.945
2000	1.807.219	67,08%	887.026	32,92%	2.694.245
2001	2.091.529	69,01%	939.225	30,99%	3.030.754
2002	2.428.258	69,78%	1.051.655	30,22%	3.479.913
2003	2.750.652	70,77%	1.136.370	29,23%	3.887.022
2004	2.985.405	71,70%	1.178.328	28,30%	4.163.733
2005	3.260.967	73,23%	1.192.189	26,77%	4.453.156
2006	3.467.342	74,14%	1.209.304	25,86%	4.676.646
2007	3.639.413	74,57%	1.240.968	25,43%	4.880.381
2008	3.806.091	74,92%	1.273.965	25,08%	5.080.056
2009	3.764.728	73,59%	1.351.168	26,41%	5.115.896
2010	3.987.424	73,18%	1.461.696	26,82%	5.449.120
2011	4.966.374	73,69%	1.773.315	26,31%	6.739.689
2012	5.140.312	73,04%	1.897.376	26,96%	7.037.688
2013	5.373.450	73,55%	1.932.527	26,45%	7.305.977
2014	5.867.011	74,95%	1.961.002	25,05%	7.828.013
2015	6.075.152	75,68%	1.952.145	24,32%	8.027.297
2016	6.058.623	75,27%	1.990.078	24,73%	8.048.701
2017	6.241.307	75,32%	2.045.356	24,68%	8.286.663
2018	6.373.274	75,42%	2.077.481	24,58%	8.450.755
2019	6.523.678	75,82%	2.080.146	24,18%	8.603.824

Fonte: INEP.
Elaboração Própria.

No início da década de 1990 as instituições privadas já dominavam o mercado interno. De acordo com a tabela 1, em 1994 % das matrículas em instituições de ensino superior no Brasil, foram feitas em instituições privadas de ensino, esse percentual se mantém com poucas variações e encontra uma faixa de estabilidade durante 1996 e 1997, justamente os anos os quais ocorreram as maiores reformas no setor educacional, tendo início pela LDB de 1996. Já no ano de 1998 tivemos um leve aumento para 62% de participação das IES privadas, que se acentua a partir de 1999 e segue em aumento durante toda a década de 2000, chegando a 73% de participação de IES privadas em 2010.

Figura 1 - Evolução das Matrículas Entre 1994 e 2019

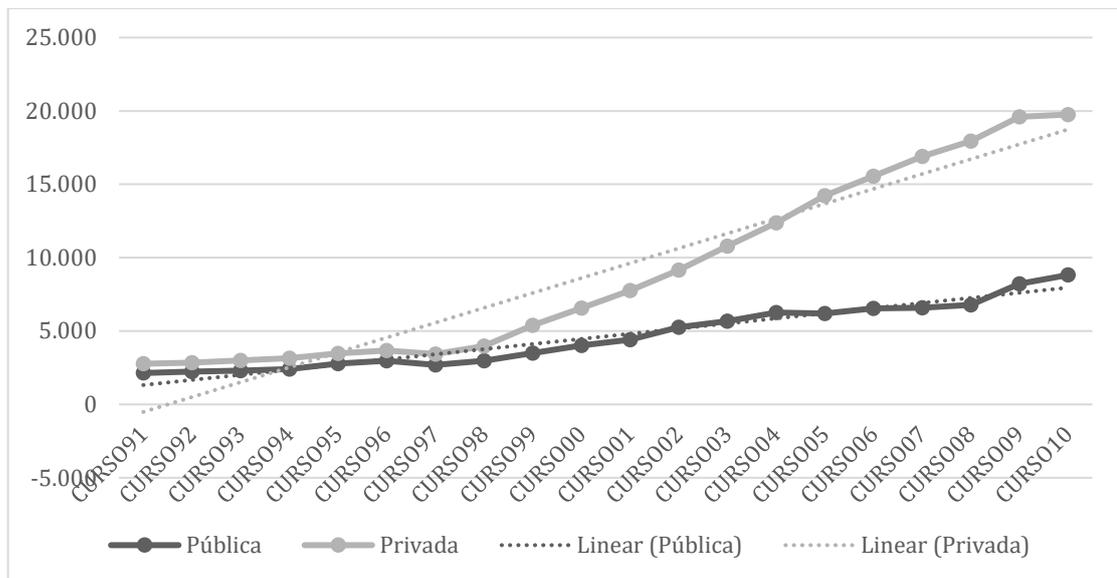


Fonte: INEP
Elaboração Própria

Em questões de números brutos, a figura 1 demonstra a expansão na volumetria de matrículas destes respectivos anos, que também se acentuou entre o fim dos anos 90 e começo da década de 2000. Embora exista uma evolução do ensino público e privado, a curva do ensino privado cresceu mais rapidamente. Aqui torna-se nítida a acentuação do crescimento no ano de 1999, quando as duas curvas começam a se distanciar de forma relevante, em 2010 as matrículas do ensino superior no ensino privado já eram mais que o dobro das matrículas em IES públicas.

Sampaio (2010) aponta a tendência de diversificação de carreiras como um dos pilares do rápido crescimento do ensino superior privado. As IES privadas obtiveram maior autonomia a partir da LDB de 1996, isso garantiu a elas maior liberdade para criar cursos, incluindo uma diversidade de cursos técnicos e profissionalizantes.

Figura 2 - Oferta de Cursos no Brasil



Fonte: INEP
Elaboração Própria

Através da figura 2 observamos justamente que no início da década de 90, as IES Públicas e Privadas ofereciam o mesmo número de cursos no Brasil, a expansão se dá início a partir de 1996 pelas IES Privadas, que terminam a década de 2010 ofertando mais de 19 mil cursos contra apenas 8 mil do setor público, esse fator é um indício da maior liberdade proporcionada às universidades para criar cursos, incluindo a expansão dos cursos de curta duração.

Os cursos superiores de tecnologia (CSTs) conhecidos como cursos tecnológicos começaram a ser ofertados no Brasil na década de 1970, entretanto eram cursos restritos a atender a demanda de grandes empresas que começavam a se instalar no Brasil. A LDB de 1996 garantiu não só a maior liberdade para criação e implantação de novos cursos, como também proporcionou a maior regulamentação do ensino tecnológico, portanto, a partir de 1996 um dos segmentos com maior crescimento expressivo foram justamente os Cursos Superiores de Tecnologia. A partir de então as instituições públicas de ensino reestruturaram seus cursos, enquanto a iniciativa privada começou a credenciar novas ofertas.

Os CSTs tiveram um aumento significativo tanto no número de vagas, quanto matriculados em instituições. Esses cursos são de curta duração, geralmente com mensalidades mais acessíveis voltadas ao trabalho e tecnologia, a principal diferença

se trata do diploma conferido, em grau tecnológico. No Brasil o maior crescimento foi a partir de 1999, justamente quando se dá o início do pico da evolução de cursos, como demonstrado na figura 2. Em 1999 apenas 74 IES ofereciam cursos no grau tecnológico, já em 2004 o número parou para 748. Embora o crescimento seja generalizado, dado o perfil dos dados apresentados, é importante notar como os cursos de tecnologia se destacam, passando de uma formação isolada para um ambiente de oferta generalizada.

Outro crescimento extremamente relevante se deu no âmbito dos cursos da área de negócios (cujo alguns também estão na esfera tecnológica). As sinopses do ano de 2006, por exemplo, demonstram que cerca de 40,61% dos alunos estão na esfera dos cursos da área de ciência sociais, negócios e direito. Essa expansão também é totalmente encabeçada pelas IES Privadas, que surgiram criando cursos de graduação desde a LDB, as quais se focaram em alimentar as demandas de cada época.

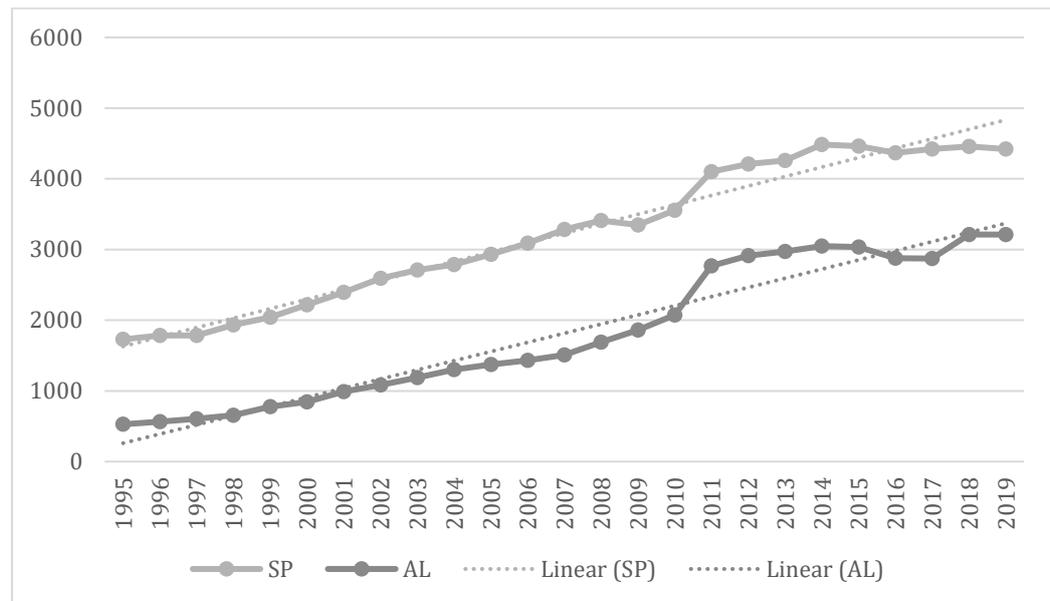
4.2. Evolução do Setor Privado

A figura 2 demonstra o crescimento na oferta de cursos do país durante as décadas de 90 e 00, notamos também um perfil comum com os demais dados já apresentados, um crescimento exponencial da curva a partir de 1998. Temos uma evolução da oferta de cursos no país liderado majoritariamente pelo setor privado. Curiosamente, a princípio a oferta de cursos está bem similar em 1991, com 2.139 cursos de IES públicas e respectivamente 2.769 cursos de IES privadas. Já no fim da década de 90, em 1999 as curvas começam a se distanciar, com 3494 cursos do setor privado para 5384 do setor público. A década de 2000 acentuou a evolução do setor privado, em 2010, as IES privadas já tinham uma oferta que representava mais que o dobro das IES públicas, sendo 19.756 para IES privadas e 8.821 cursos de IES públicas.

Deste modo as evidências demonstram claramente que o crescimento na oferta de cursos foi impulsionado diretamente pelo setor privado após a LDB de 1996, sendo assim um instrumento para alavancagem competitiva do setor. Segundo Sampaio (2010) essa oferta foi responsável também por criar vantagens competitivas em prol das IES privadas, até mesmo no que se reflete aos mercados regionais

menores, que ganharam uma nova oferta, e no que se diz respeito aos mercados já estagnados, pois a nova oferta de cursos proporcionou a abertura de uma nova demanda.

Figura 3 - Evolução do Número de Matrículas por 100 mil habitantes em IES nos Estados de São Paulo e Alagoas durante 1994 e 2019



Fonte: INEP
Elaboração Própria

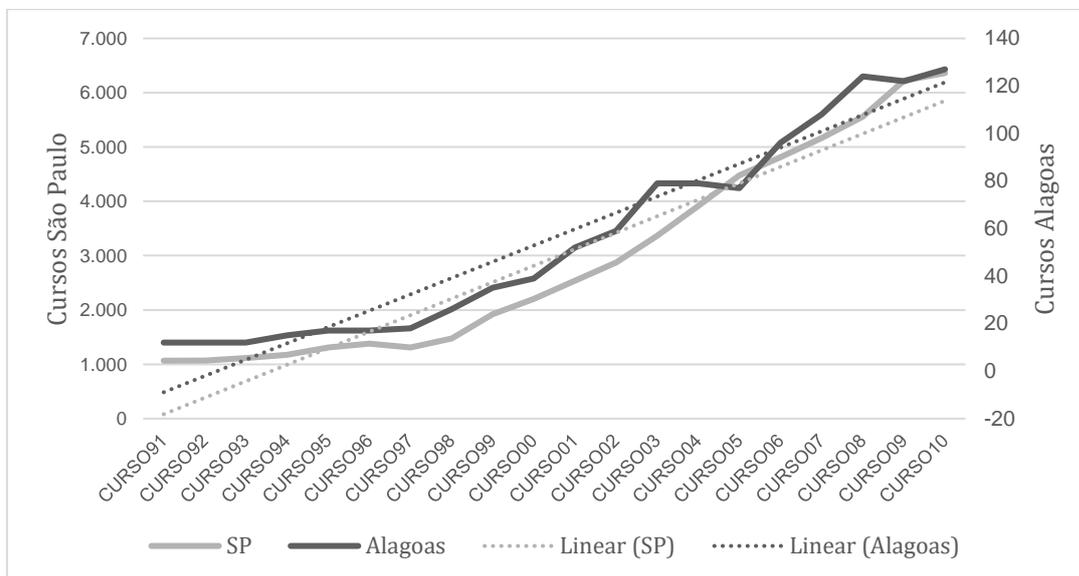
Analisando a figura 3 constatamos que ao longo do tempo mantemos a dinâmica entre os estados, mesmo comparando estados em posições opostas do ranking de IDH, a evolução de matrículas segue a mesma regra. Nota-se que o estado de São Paulo já possui maior relação de matrículas por habitantes desde o início da série, é uma média maior, inclusive, que a média nacional. Enquanto o estado de Alagoas permanece com uma baixa taxa de matrículas por habitantes, em relação também ao perfil nacional. Notamos que as três séries tiveram uma elevação também a partir do fim da década de 1990, mas essa elevação não é capaz de alterar o perfil da distribuição de matrículas dos estados em relação ao país.

Em São Paulo, o período de maior elevação se deu logo após a LDB 1996, representando um crescimento de cerca de 38% no período de 1995 a 2000. Para o Estado de Alagoas, esse crescimento se tornou mais elevado posteriormente, no período de 2000 a 2005, se dando na taxa de 138%, tendo desacelerado logo depois. Esse fato é um indício da interiorização do ensino superior privado apontado por

Durham (2003), entretanto a interiorização não necessariamente significa que houve uma distribuição igual entre a expansão, muito pelo contrário, notamos um distanciamento do Estado de São Paulo, ao invés de uma aproximação entre eles.

As figuras evidenciam que não existe um movimento de distribuição das vagas ao longo do tempo, apesar do grande aumento no número de matrículas, de maneira geral, as proporções se mantêm entre os estados. Concentrando vagas em estados com média de matrículas maior que o país, e não evoluindo o suficiente em estados menores.

Figura 3 - Oferta de Cursos Por Estado



Fonte: INEP
Elaboração Própria

O aumento é sentido, também, após 1996 com o marco da LDB, refletindo o fenômeno de ampliação na oferta de cursos, causada pela flexibilização disposta através da lei. Segundo Sampaio (2010), o setor passou a utilizar a estratégia de criação de novas carreiras, vinculadas aos ofícios que tradicionalmente não exigiam ensino superior, ressignificando assim os novos mercados.

Como dito anteriormente, a concentração da oferta do ensino superior acontece em conjunto com as demais tendências, embora concentração e interiorização pareçam contraditórios, na verdade ocorreram em conjunto, o movimento iniciado na década de 90 deu início ao que Sampaio (2012) chamou de concentração dispersa. Visto que houve grande expansão, embora essa expansão tenha seguido as mesmas

tendências, se concentrando em estados que já possuíam grande oferta, e expandindo lentamente em estados com menos ofertas.

As análises demonstram um movimento de expansão de vagas concentrado, que parece incapaz de romper com os padrões anteriores. As evidências apontam para uma concentração do ensino superior em locais que já concentravam as vagas anteriormente, priorizando os polos econômicos. A rede privada buscou centralizar em estados com maior capacidade econômica de sustentar a educação privada.

É evidente que a política expansionista apenas incentivou a criação de cursos e vagas, mas não impôs nenhum incentivo a distribuição dessas vagas, conforme os dados apresentados, os estados que antes foram excluídos da expansão educacional, ainda permaneceram atrás dos demais. Esse dado gera o questionamento: seria possível criar uma condição mais democrática da ampliação do ensino.

A implantação de políticas públicas sem dúvida foi uma aliada na distribuição igualitária do ensino superior, mesmo que não seja condição suficiente para ampliar o ensino às classes menos favorecidas, foi responsável pela inclusão social de uma grande parcela da sociedade em universidades privadas. A tendência de crescimento nos dados de IES privadas foi impulsionada pelos benefícios fiscais do FIES e ProUni, transformando o Brasil em um excelente negócio para investidores e empresas externas. Segundo Lopes Roma (2013), o setor privado no Brasil já atuava com vagas ociosas.

Tabela 2 - Crescimento do Número de Matrículas em IES Privadas no Brasil entre 1994 e 2019

ANO	MAT IES PRIV	%CRESC
1994	970.584	3%
1995	1.059.163	9%
1996	1.133.102	7%
1997	1.186.433	5%
1998	1.321.229	11%
1999	1.537.923	16%
2000	1.807.219	18%
2001	2.091.529	16%
2002	2.428.258	16%
2003	2.750.652	13%
2004	2.985.405	9%
2005	3.260.967	9%
2006	3.467.342	6%

2007	3.639.413	5%
2008	3.806.091	5%
2009	3.764.728	-1%
2010	3.987.424	6%
2011	4.966.374	25%
2012	5.140.312	4%
2013	5.373.450	5%
2014	5.867.011	9%
2015	6.075.152	4%
2016	6.058.623	0%
2017	6.241.307	3%
2018	6.373.274	2%
2019	6.523.678	2%

Fonte: INEP
Elaboração Própria

A tabela 2 mostra a evolução do crescimento de vagas proporcionadas pelo ensino superior até os dados mais recentes, notamos também a grande alavancagem no crescimento do ensino privado após 1996, esse crescimento tem seu pico entre 1998 e 2003, ganhando um novo fôlego com o ProUni em 2004. Mas um fator interessante a ser notado aqui é o pico ainda mais elevado durante 2011 onde o crescimento de vagas chega a 25% em apenas um ano.

O aumento nas matrículas do ensino privado tem ligação direta com o FIES, que embora tenha sido criado em 1999, já passou por inúmeras alterações ao longo do tempo, sendo a reformulação de 2010 a mais expressiva, ainda no Governo Lula. A primeira delas é acerca do processo seletivo, alterando o método de inscrições, que anteriormente eram feitas apenas em datas pré-definidas pelo MEC. A partir de 2010 o FIES passou a ter um fluxo contínuo, ou seja, o aluno poderia solicitar o financiamento em qualquer período do ano através da internet. (Brasil, 2010)

Outra grande mudança foi relacionada ao tipo de fiança garantida ao aluno, até 2009, apenas dois tipos de fiança eram garantidos: fiança convencional¹⁶ e solidária¹⁷. A partir de 2010 passou a vigorar o Fundo de Garantia de Operações de Crédito

¹⁶ Fiança convencional é aquela prestada por até dois fiadores cuja renda mensal seja igual ao dobro do valor da mensalidade paga pelo estudante.

¹⁷ Fiança solidária constitui-se por um grupo de três a cinco participantes, cada um deles se responsabiliza como fiador solidário da totalidade dos valores devidos individualmente. Os membros devem ser estudantes da mesma instituição de ensino, matriculados no mesmo local de oferta do curso. Nesse caso não é exigida comprovação de rendimentos.

Educativo (Fgeduc) em conjunto com a triplicação do prazo de carência para início do pagamento, passando de 6 para 18 meses. (Brasil, 2010)

Em contrapartida, algumas novas obrigações passaram a vigorar para instituição e alunos. Para as instituições foi instituído um novo requisito para concessão do financiamento, o conceito de avaliação do curso deveria ser obrigatoriamente maior ou igual a 3. Já para os alunos o novo requisito foi de nota no mínimo maior que zero na redação do ENEM. Até 2009 o FIES também contava com a priorização de alguns cursos básicos, como por exemplo da área de licenciatura, engenharia e medicina, a partir de 2010 o sistema passou a não ter prioridades, concedendo um maior volume de bolsas.

As medidas da reformulação do FIES em 2010 foram fundamentais para o novo movimento de expansão do ensino superior, que havia perdido fôlego após 2006. A tabela 2 demonstra um início de crescimento em 2010 culminando em um crescimento exponencial de 2011. O crescimento de 2011 foi o maior pico dos últimos 20 anos, representou assim a maior expansão do ensino superior privado no Brasil desde a LDB de 1996. Todas as novas regras e flexibilizações do programa foram também fundamentais para o maior fortalecimento dos já conglomerados de IES Privadas no Brasil, que já tinham um processo de mercantilização bem avançado, incluindo a abertura de IPOs.

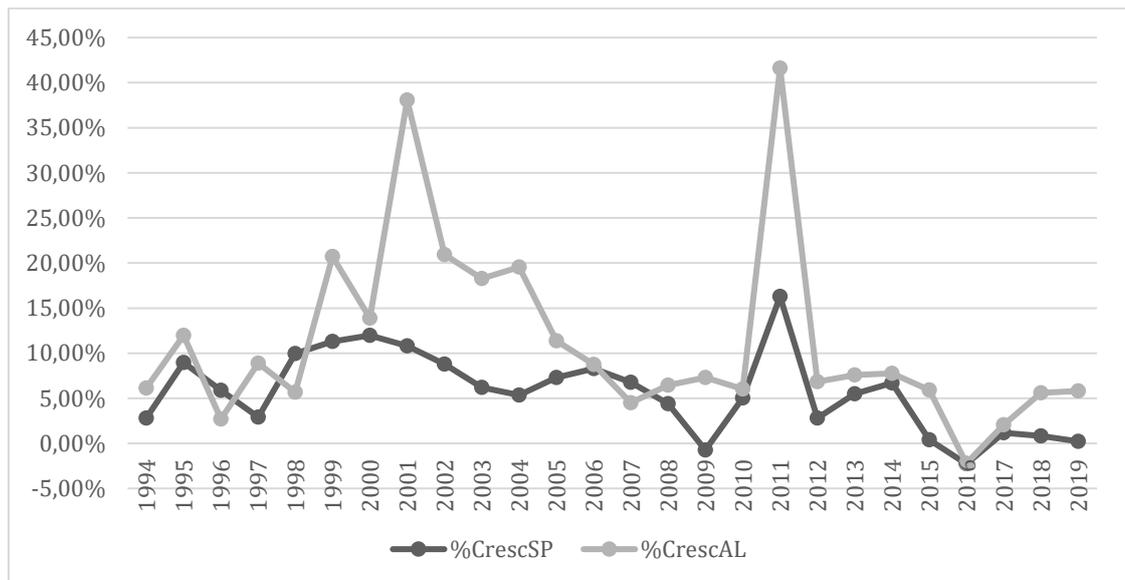
As reformas que marcaram o final do governo Lula e primeiro mandato de Dilma resultaram na gigante expansão do ensino superior entre 2010 e 2015, além de representar uma nova oportunidade de acesso aos jovens de baixa renda, também representaram a maior oportunidade de ganhos para essas instituições. É importante frisar que o movimento de expansão do FIES e ProUni foram revertidos em 2015 em uma medida de austeridade fiscal.

Em 2015 o FIES foi alterado novamente, agora o programa voltou a priorizar o financiamento, para os cursos são priorizados os que mantêm avaliação 4 e 5, já geograficamente foram priorizadas as regiões deficitárias: Norte, Nordeste e centro-oeste. Essas alterações rapidamente foram capazes de barrar o crescimento do setor privado, logo em 2016 o crescimento foi menor

4.2.1. Análise do comportamento da oferta de vagas nos Estados

Analisando o crescimento entre os estados, é possível notar que ambos se beneficiam dos mesmos movimentos de expansão, entretanto o padrão de crescimento pode evidenciar algumas questões especiais ao longo do tempo.

Figura 5 - Crescimento das Matrículas no Setor Privado nos estados de São Paulo e Alagoas entre 1994 e 2019



Fonte: INEP
Elaboração Própria

Comparando apenas o crescimento no setor privado entre os nossos estados São Paulo e Alagoas, podemos notar a relevância das políticas públicas em um estado deficitário. O Estado de Alagoas possui inicialmente dois picos elevados, acima da média nacional, o primeiro entre 1999 e 2004 e o segundo pico no ano de 2011, o aumento foi de 41% entre 2010 e 2011, comparando esse valor com São Paulo, notamos que São Paulo cresceu percentualmente metade de Alagoas, no primeiro pico o valor foi de 11,97% em São Paulo contra 20,72 em Alagoas, já no segundo pico de 2011 o crescimento foi de 16,29% em São Paulo contra 41,63% em Alagoas. Esses dois picos têm a reestruturação do Ensino Superior em comum, a princípio puxada pela LDB de 1996, criação do FIES e ProUni, e em seguida a reestruturação do FIES de 2010. Os dois movimentos refletem mais nos estados periféricos, entretanto devemos considerar que São Paulo já parte de um patamar consideravelmente elevado, e mesmo essa distribuição não é capaz de gerar uma equidade na distribuição de vagas entre as regiões.

Após a nova reestruturação do FIES em 2015, essa sim, priorizando os estados periféricos, é possível notar que a partir de 2016 o crescimento de matrículas em IES Privadas caiu no estado de São Paulo, foi de -2% em 2016 e se manteve na média de 0% nos anos seguintes. Em Alagoas o movimento foi diferente, apesar da também queda de -2% em 2016, o estado passou a criar vagas nos anos seguintes mantendo um patamar estável de crescimento até os últimos dados disponíveis. Portanto, concluímos que a reestruturação do FIES em 2015 foi capaz de frear o crescimento indiscriminado de vagas no país, e ainda sim, continuou gerando um aumento de matrículas em estados periféricos, desse modo o programa finalmente começou a contribuir para uma melhor distribuição geográfica de oportunidades.

4.3. Ensino Público

O Ensino Superior Público também sofreu as suas transformações em nível federal, também considerando o período do início dos anos 90 até o período atual temos alguns consideráveis movimentos de expansão na oferta de vagas de IES Públicas, muito alavancadas pelas novas universidades federais. O maior impulsionador das transformações do setor público, como já citados, foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O REUNI foi criado através de um decreto federal, cujo objetivo era suprir as demandas sociais em prol do Ensino Superior Público, afinal, até então as ações do governo federal estavam completamente concentradas em programas e subsídios em prol do Ensino Privado.

No início do segundo mandato de Lula, a política educacional em prol do setor privado já estava concretizada, e nesse momento o governo federal contava com altos níveis de aprovação, Lula portanto finalmente lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que fez parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), esse plano instituiu o alinhamento do Governo Federal com a mobilização pela melhoria da qualidade da educação pública (Nilce Favato e Ruiz, 2018). Neste contexto foi instituído o REUNI, propagando a imagem de uma nova universidade com maiores condições estruturais. O objetivo do programa foi garantir

a ampliação e permanência do ensino superior, algo que seria fundamental para os estudantes desfavorecidos.

Tabela 3 - Crescimento das Matrículas em IES Públicas entre 1994 e 2019

ANO	Matrículas	%CRESC
1994	690450	5,65%
1995	700540	1,46%
1996	735427	4,98%
1997	759182	3,23%
1998	804729	6,00%
1999	832022	3,39%
2000	887026	6,61%
2001	939225	5,88%
2002	1051655	11,97%
2003	1136370	8,06%
2004	1178328	3,69%
2005	1192189	1,18%
2006	1209304	1,44%
2007	1240968	2,62%
2008	1273965	2,66%
2009	1351168	6,06%
2010	1461696	8,18%
2011	1773315	21,32%
2012	1897376	7,00%
2013	1932527	1,85%
2014	1961002	1,47%
2015	1952145	-0,45%
2016	1990078	1,94%
2017	2045356	2,78%
2018	2077481	1,57%
2019	2080146	0,13%

Fonte: INEP
Elaboração Própria

Conforme a tabela 3 o ensino superior público também teve seus movimentos de expansão, o primeiro entre 2000 e 2003 e o segundo entre 2009 e 2011. O primeiro ciclo de expansão no início da década foi em função também das novas diretrizes educacionais, que apesar de menos impactantes, ainda refletiram nas IES públicas. Já o segundo e maior movimento está intrinsecamente ligado ao REUNI, em 2011 o número de matriculados em IES Públicas aumentou 21% se comparado ao ano anterior, número que quase se iguala à expansão do setor privado.

O ciclo de expansão do REUNI compreende exclusivamente as universidades federais, portanto temos um ciclo restrito, excluindo as universidades estaduais e municipais. Portanto, quando olhamos exclusivamente para este ciclo, consideramos que o REUNI não se trata apenas de expansão de instituições e vagas, mas também engloba os aspectos de democratização, considerando assim a garantia de permanência dos estudantes, um fator que foi pouco tratado em programas anteriores. Por último, o REUNI também teve o objetivo de melhorar o aproveitamento da estrutura das universidades (Silva e Carence, 2014)

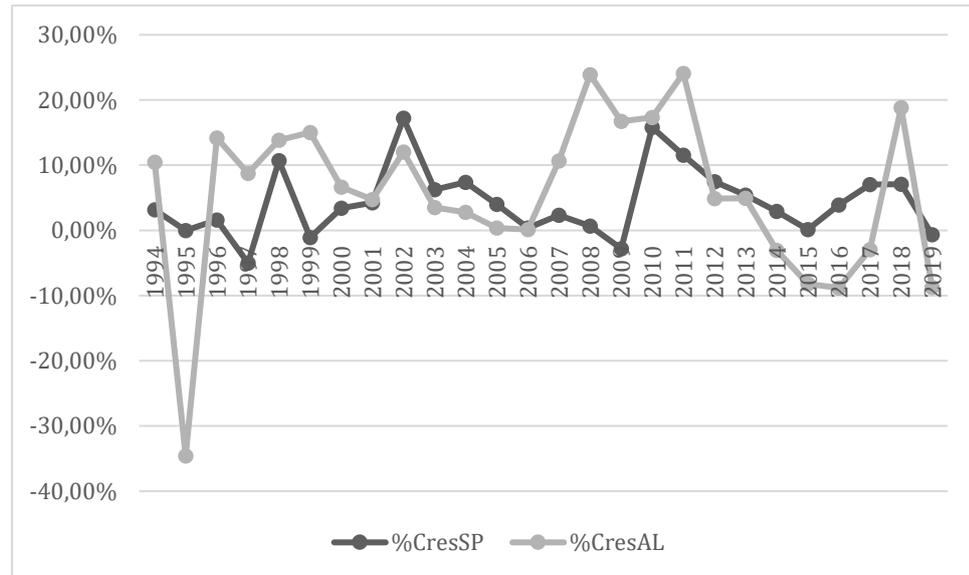
Deste modo, quando falamos do ciclo de expansão proporcionado pelo REUNI, não estamos falando apenas de uma expansão de vagas ou oportunidades como foram nos programas de instituições privadas, estamos tratando na realidade de um programa que teve o objetivo verdadeiro de proporcionar o desenvolvimento social para a sociedade (Silva e Carence, 2014). Um dos principais indícios práticos disso se dá através da interiorização das UFs, ou seja, a expansão foi focada em locais estratégicos compreendendo uma interiorização da universidade federal. Nesse ciclo de expansão diversas universidades foram criadas com o objetivo de promover a integração regional, podemos citar a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS) na região Sul, temos a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) no Norte, no Nordeste foi criada Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Federal do Cariri (UFCA), a criação dessas e de outras diversas universidades comprova o compromisso do Governo Federal com a interiorização do ensino, levando a Universidade Pública, gratuita e de qualidade a áreas pouco privilegiadas no passado. Esses são apenas alguns dos exemplos, mas é importante mencionar que o REUNI também compreendeu a expansão e reestruturação de universidades criadas em regiões centrais do país, como as universidades federais paulistas.

4.3.1. Análise de São Paulo e Alagoas

Quando olhamos os estados à parte, é possível notar que o movimento das universidades públicas é ligeiramente diferente entre as unidades federativas. Diferente do setor privado, cujo incentivo partiu através da reformulação do setor em conjunto com políticas públicas de financiamento indiscriminado, o setor público teve

outra preocupação: Distribuir as vagas de forma igualitária entre as regiões garantindo também o acesso às minorias historicamente excluídas.

Figura 6 - Crescimento das Matrículas em IES Públicas nos Estados de São Paulo e Alagoas entre 1994 e 2019.



Fonte: INEP
Elaboração Própria

Quando comparamos os diferentes estados, São Paulo e Alagoas, notamos também que o comportamento da expansão do número de matrículas é diferente entre eles. Durante o período de expansão proporcionado pelo REUNI entre 2007 e 2011, o crescimento para o estado de Alagoas foi significativamente superior ao crescimento em São Paulo, em Alagoas tivemos 23,88% de crescimento de matrículas no ano de 2008 contra 0,69% de crescimento de matrículas em São Paulo. No ano seguinte, 2009, São Paulo presenciou uma diminuição do número de matrículas em IES Públicas de -2,79% enquanto Alagoas seguiu batendo uma excelente alta de 16,73%.

Durante esse período é nítido o compromisso em ampliar a rede pública de ensino superior sem concentrá-la, temos um aumento específico em uma região completamente desfavorecida, esses dados indicam o compromisso do governo federal com a distribuição dessas vagas, e neste caso, com a expansão de Universidades em localidades periféricas.

4.4. Política de Cotas

Como já foi possível estabelecer, a expansão de IES Públicas foi mais bem distribuída entre as regiões do país, priorizando os locais geograficamente desfavorecidos, apesar disso, ainda existe outra lacuna de estudantes que precisam de inclusão no ensino superior, e que por enquanto só tinham um caminho através de IES Privadas. A política de cotas surgiu nesse contexto, com a expansão das universidades já encaminhadas pós-REUNI no objetivo de integrar o jovem pobre e preto dentro na universidade federal, que historicamente já contava com uma impressão elitista.

A Lei de Cotas foi criada através da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012¹⁸ pela presidenta Dilma Rousseff, que nesse momento havia herdado os compromissos de inclusão social iniciados pelo Governo Lula, e a política de cotas pode ser entendida como um movimento de continuidade. A Lei obriga todas as IES Federais de educação superior a reservar no mínimo 50% das vagas para alunos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas. (Brasil, 2012). As cotas são divididas em quatro partes: estudantes que não estudaram em escolas públicas, estudantes que estudaram em escolas públicas, estudantes com renda familiar igual ou inferior a um salário-mínimo e meio e estudantes pretos, pardos e indígenas.

Portanto, a partir de 2012 todas as instituições federais de Ensino (incluindo até mesmo as escolas técnicas) deveriam reservar integralmente 50% de suas vagas ao novo critério. Anteriormente, cada instituição tinha liberdade para definir a reserva de vagas ou condição para alunos de escola pública ou baixa renda, a partir de agora, foi uma lei obrigatória, que por sua vez acabou refletindo até mesmo em universidades estaduais. A Lei de Cotas também acabou sendo implementada na seleção de ingresso do ProUni, que é feita também através do sistema informatizado do MEC.

Deste modo, tanto estudantes ingressantes em universidades federais, quanto estudantes ingressantes através de bolsas concedidas pelo ProUni tiveram como opção o ingresso através da cota, guardados os devidos critérios. Essas implementações no ano de 2012 geraram um grande impacto no perfil dos ingressantes nos anos seguintes.

¹⁸Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: fev. 2021.

Tabela 4 - Representatividade da Matrícula de Autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas.

<i>Ano</i>	<i>PPI</i>	<i>% Rep</i>
2011	883.961	13%
2012	1.005.996	14%
2013	1.222.045	17%
2014	1.857.739	24%
2015	2.320.817	29%
2016	2.586.658	32%
2017	2.880.466	35%
2018	3.226.008	38%
2019	3.486.367	41%

Fonte: INEP
Elaboração Própria

A tabela 4 demonstra o número de matriculados autodeclarados pretos, pardos e indígenas entre 2011 e 2019. Notamos que no início da década, antes da implementação da Lei de Cotas, apenas 13% das IES tanto públicas, quanto privadas, se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (PPI), isso significa que todos os outros 87% matriculados eram de alunos autodeclarados brancos, demonstrando o perfil do estudante do ensino superior completamente elitista.

A partir de 2013 temos o início do aumento de representatividade de PPIs entre os matriculados no ensino superior, passando para agora 17%, já um reflexo da Lei de Cotas de 2012. Como as ações foram aplicadas de forma gradativa temos uma progressão cadenciada, com pequenos aumentos ao longo de toda a década. No último ano consultado, 2019, PPIs representavam 41% dos matriculados do Ensino Superior, temos assim um aumento brusco dos 13% anteriores à Lei.

Deste modo, apesar de ser um tópico controverso na sociedade civil, é indiscutível que o sistema educacional brasileiro tinha a necessidade de uma melhor distribuição de vagas, o ano inicial, 2011, contando com apenas 13% de PPIs é o reflexo de um sistema completamente mal organizado. O resultado do sistema de cotas é também nitidamente bem-sucedido com um aumento de quase 300% de pretos, pardos e indígenas entre 2011 e 2019.

4.5. Ponderações sobre as análises.

Após realizar todas as análises descritivas dos dados, notamos que durante todos os anos analisados existiu uma extensa política de expansão no setor educacional superior do Brasil, essa expansão foi capaz de compreender diversas motivações ao longo desses 25 anos, mas de fato, o ponta pé inicial fica a cargo da LDB 1996. Um projeto que foi influenciado pelo Banco Mundial na década de 90, e que até hoje dita as regras do setor educacional Brasileiro, sem quaisquer perspectivas de mudanças.

A admissão da existência de universidades privadas com fins lucrativos foi um fato inédito, até então, na breve história brasileira, que rapidamente moldou um setor inteiro. Logo após a radical mudança, já com uma grande expansão em andamento, o Governo Federal inseriu outras variáveis no mercado: FIES e ProUni. Ambos dos programas contavam com um apelo social, foram uma tentativa de usar o movimento da expansão do setor privado como um meio de democratização da educação, entretanto os dados nos mostram que toda a falta de regras e regulamentação mais dura para as universidades proporcionou um crescimento indiscriminado chegando a um pico absurdo no ano de 2011 que foi incapaz de prover a interiorização da educação; Analisando São Paulo e Alagoas é possível notar que o movimento de concentração das grandes metrópoles foi mantido, portanto não é um crescimento tão democrático como se esperava. Necessariamente, a retração no volume de matrículas no final da última década demonstra o esgotamento dos dois programas, bem como o surgimento das grandes empresas do setor educacional, que demonstram na prática o quanto todo o movimento foi benéfico para os empresários.

O movimento da universidade pública veio tardiamente, mais de uma década após a revolução do setor privado, bem como os números demonstram essa reação. O setor público que representava cerca de 41% do total de matrículas em 1994 chega a representar apenas 24% em 2019, nem mesmo a reação proporcionada pelo REUNI foi capaz de alterar o caráter privado da educação pública no Brasil, já que, no mesmo momento, o setor privado também cresceu através das reformulações de ProUni e FIES.

Em um ponto determinante a universidade pública se destaca, o movimento de interiorização, reestruturação e democratização que foi proposto durante o ciclo de expansão do REUNI. A preocupação a partir de então, não foi apenas expandir o número de vagas, mas sim expandir com qualidade a locais pouco privilegiados, até

mesmo pelo setor privado. Isso se deu com a criação de novas universidades em locais estratégicos, como o interior do norte e nordeste.

Um ponto extremamente relevante que compreendeu a universidade pública também foi a criação da Lei de Cotas, que se tornou obrigatória em todas as universidades federais do país, obrigando-as a reservar 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, estudantes com renda menor que 1,5 salários-mínimos per capita, pretos, pardos e índios. A lei pode se destacar como um fator revolucionário na última década se analisarmos o seu impacto no setor, mesmo com todas as expansões ocorridas durante o fim da década de 90 e toda a década de 2000 o número de estudantes de baixa renda e autodeclarados pretos/pardos/índios ainda era muito baixa, como analisamos o número de autodeclarados pretos, pardos e índios era de apenas 13% em 2011 em IES públicas, esse número seguiu em grande expansão desde então, já em 2019 o número de pretos/pardos/índios é de 41%. Esses números demonstram o quanto a Lei de Cotas foi fundamental para a democratização da educação no Brasil, que se combinada com a estratégia de expansão do REUNI podem ser ambos, considerados uma das melhores estratégias do Governo Federal nas últimas décadas.

5. Considerações Finais

A educação é um dos objetos mais relevantes e importantes de análise, quando tratamos de políticas públicas. A educação por si, depende e ao mesmo tempo envolve uma série de fatores, atingindo toda a população de uma forma diferente, seja por questão de raça, classe social, localização etc. Portanto, considerando todos estes fatores, é nítido que a educação pode proporcionar um movimento de mobilidade social, principalmente das classes mais baixas para as mais altas, sendo assim um excelente instrumento de desenvolvimento socioeconômico. Deixamos claro que a aplicação de um instrumento de auxílio educacional pode, não somente servir a inclusão social, mas também pode auxiliar o crescimento do setor em termos mercantis, bem como servir a um grupo prioritário.

Partindo desses pressupostos, analisamos algumas das características envolvendo o crescimento educacional do Brasil durante 25 anos, limitando a análise as sinopses nacionais e análise restrita a dois estados: São Paulo e Alagoas, esses grupos estão nas extremidades do ranking de IDH dos estados brasileiros, portanto foram uma amostra capaz de nos mostrar o comportamento do crescimento em dois diferentes ambientes socioeconômicos.

Durante a análise notamos que houve um enorme crescimento durante os anos selecionados, esse crescimento foi nitidamente impulsionado pela LDB de 1996, que além de acelerar o ritmo também privilegiou a posição das IES Privadas, proporcionando a esse grupo uma maior liberdade para gerenciamento das instituições, bem permitindo a institucionalidade lucrativa entre elas. As IES privadas perderam a obrigatoriedade de conciliar ensino, pesquisa e extensão e ganharam a liberdade de criação dos próprios cursos, em conjunto com a operação lucrativa, esse grupo foi capaz de encontrar novos mercados, que antes eram pouco explorados, bem como aprofundar a presença em mercados importantes, através de novos cursos e métodos de ensino, como a expansão dos cursos tecnológicos e o aumento do Ensino A Distância (EaD). Notamos que o crescimento nos estados segue o mesmo movimento, ganhando força a partir do final da década de 90, entretanto apesar disso a estrutura de distribuição parece não se alterar, São Paulo continua acima da média nacional, enquanto Alagoas permanece abaixo. Esse resultado já era o esperado,

visto que não houve qualquer regra acerca das distribuições de financiamento ou da expansão das instituições num primeiro momento.

Os resultados demonstraram que os projetos do Governo Federal para garantir a acessibilidade da educação no meio privado também serviram de impulso para uma maior expansão do setor. O programa de Financiamento estudantil através do FIES foi reformulado, e a partir de 1999 seguiram-se diversas novas alterações para maior inclusão social e acessibilidade, segundo as análises, a partir da institucionalização do FIES o Brasil sofreu um dos maiores ápices de crescimento em números brutos de matrículas, crescendo acima de 15% anualmente entre 1999 e 2003, notamos que esses números são causados através de uma influência direta do FIES, já que a possibilidade de um financiamento mais acessível garantiu o acesso à universidade de novos grupos sociais. Também é nítido a força ganhada pelo setor privado durante o período, as matrículas em IES privadas obtiveram uma taxa de crescimento extremamente superior a taxa de crescimento de matrículas em IES Públicas, antes da LDB de 1995 a proporção de distribuição nacional de matrículas era de cerca de 40% para IES Públicas e 60% para IES Privadas, desde então, as IES Públicas apenas perderam espaço, passando para apenas 30% em 2002 e chegando a variar entre 24% e 26% nos últimos anos. É indubitável a supremacia que o setor privado adquiriu, após reformas.

Após 2010 é possível observar outro abrupto movimento de expansão do setor privado no ano seguinte, a reforma do FIES de 2010 foi expansiva, facilitando ainda mais a obtenção de um financiamento com pouquíssimas restrições. Em 2011, portanto, o crescimento do setor privado foi de inacreditáveis 25%. Logo, apesar de se tratar de um programa de inclusão social é nítido como o FIES foi capaz de influenciar e beneficiar o crescimento do setor privado, também é possível questionar se o cenário seria o mesmo caso o programa contasse com maiores restrições para as instituições.

Quando olhamos o comportamento do crescimento localizado, entretanto, os resultados apontam um crescimento mais expressivo partindo do estado de Alagoas, mas como falamos anteriormente, a estrutura periférica se manteve, isso se dá pois o número inicial de vagas no Estado de Alagoas era muito restrito, portanto, um pequeno incentivo foi capaz de já gerar um crescimento expressivo para tal. Na segunda metade da década de 2010, entretanto, o movimento é outro, após uma nova

reforma do FIES, mais dura, buscando uma maior seleção de estados periféricos, notamos uma queda no número de matrículas em São Paulo, enquanto os números Alagoanos continuam em expansão. Desse modo, vemos o quanto as restrições e preferência de financiamento foram eficazes.

O ProUni também foi um mecanismo fundamental para a expansão do setor privado, mesmo que não seja o influenciador direto do aumento de vagas, os benefícios fiscais foram cruciais para a expansão do setor privado. O ProUni permitiu que instituições oferecessem mais vagas com um custo fiscal menor, desse modo, atuando em conjunto com o fácil financiamento, o ProUni entra em cheque por contribuir a expansão e mercantilização do setor privado. O programa teve o objetivo de ofertar vagas a um menor custo para o governo federal, mas considerando todos os fatores citados até aqui, parece pouco plausível que o ProUni seja capaz de proporcionar o mesmo nível de inclusão social e acessibilidade que uma universidade pública.

O Ensino Público durante esses anos foi apenas um coadjuvante no observar da expansão liderada pelo setor privado. Um dos únicos, e mais relevantes, sopros do Ensino Público foi através do REUNI com o objetivo de finalmente suprir uma demanda social de Ensino Público e Gratuito. Essa expansão foi focada na reestruturação e democratização da oferta, proporcionando um cenário bem distinto do que olhamos anteriormente. O REUNI proporcionou o maior pico de crescimento do Ensino Público nos últimos anos, um crescimento que foi focado em diversificar áreas, com a criação de universidades em estados periféricos, bem como também proporcionar a permanência estudantil, que sempre afetou as camadas mais periféricas da sociedade.

A análise dos estados demonstra como os impactos do REUNI foram maiores no estado periférico, Alagoas demonstra um movimento de crescimento muito superior ao estado paulista, e sabemos que esse movimento se replicou em demais localidades. A priorização de locais pouco privilegiados foi sem dúvida um dos maiores impactos do REUNI, as universidades localizadas em locais periféricos foram capazes de incluir uma nova parcela da sociedade, em conjunto com outros benefícios de acessibilidade proporcionados pela reestruturação.

A parcela periférica atingida pelo setor público foi mais acentuada através da política de cotas, que é obrigatória em todas as universidades federais. Analisando

a inclusão social de pretos, pardos e índios foi possível verificar a necessidade dessa política na sociedade brasileira, no começo da década em 2011 apenas 13% da população nas universidades era autodeclarada preta, parda ou indígena, no fim da década esse número ultrapassou 40%, se mostrando cada vez mais próximo da realidade da sociedade brasileira.

Portanto, concluímos que o movimento das IES Públicas e Privadas nas últimas décadas foi muito distinto entre si, as IES privadas dominaram todo o ensino a partir de 1996, partindo para um crescimento sem qualquer critério, concentrando vagas em locais já privilegiados. O crescimento acabou sendo incentivado ainda mais pelos programas governamentais, apesar do objetivo nobre, ProUni e FIES incentivaram a alta do setor, fazendo uma troca cruel entre o ensino de qualidade e uma expansão indiscriminada, a educação sem dúvida tornou-se uma mercadoria. O crescimento de IES públicas foi discreto, mas demonstra o quanto políticas como o REUNI e a Lei de Cotas são fundamentais para a inclusão social e democratização da educação, é necessário descentralizar o ensino e incluir os historicamente excluídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alagoas em Dados e Informações. Dados de Aspectos Demográficos. **Dados Alagoas**. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/dados-de-aspectos-demograficos-perfil-municipal>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 19, p. 861-890, 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000500008>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

Banco Mundial. Higher education: The lessons of experience. **Banco Mundial**, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1596/0-8213-2745-3>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo. Brasília, DF. 20 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 2.306 de 19 de agosto de 1997. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo. Brasília, DF. 19 ago. 1997.

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo. Brasília, DF. 24 abr. 2007.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo. Brasília, DF. 28 mai. 1999. Seção 1. pp. 2.

BRASIL. Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo. Brasília, DF. 9 jan. 2001.

BRASIL. Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF. 26 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF. 14 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF. 29 ago. 201.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF. 12 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, DF. 13 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, DF. 23 set. 2005.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF. 20 dez. 1961.

Carvalho, M. M.; Waltenberg, F. D. Desigualdade de Oportunidades no Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Uma Comparação entre 2003 e 2013. **Economia Aplicada**, v.19, n. 2, pp. 369-396. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-8050/ea124777>>. Acesso em 27 ago. 2020.

Castro, C. R. M.; Tannuti-Pianto, M. E. Educação Superior Pública no Brasil: Custos, Benefícios e Efeitos Distributivos. **Nova Economia**, v. 29, p.623-649, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3622> >. Acesso em: 10 set. 2020.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 481-500, 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxdfTPRVBR78m/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Dias Sobrinho, J. Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão. **Centro de Estudos Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out-dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2020.

Durham, E. R. O Ensino Superior no Brasil: Público e Privado. **Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2020.

Felicetti, V. L.; Morosini, M. C. Equidade e Iniquidade no Ensino Superior: Uma Reflexão. **Avaliação Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan/mar. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000100002> >. Acesso em: 20 out. 2020.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/anuario/index.php?anos=1996&tip=apre96>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Gumport, P. Sociology of Higher Education: Contributions and Their Contexts. **Johns Hopkins University Press**, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265978624_Sociology_of_Higher_Education_Contributions_and_Their_Contexts_review >. Acesso em: 06 set. 2020.

INEP. Dados Abertos da Sinopse Estatística da Educação do Ensino Superior de 1996 a 2019. **Sinopses Estatísticas do Ensino Superior**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

INEP. Microdados da Educação Superior 1990 a 2010. **Microdados do Censo da Educação do Ensino Superior**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/> >. Acesso em: 15 mai. 2021.

Menezes-Filho, N.; Komatsu, B.; Oliveira, P.; Viotti, L. Educação e as Origens da Desigualdade Regional no Brasil. **44º Encontro Anual de Economia**. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_l/i3-721fd074a1943f3020ada290614c2ae8.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

Menezes-Filho, N.; Oliveira, A. P.; Rocha, R. H.; Komatsu, B. O Impacto do Ensino Superior sobre o Trabalho e a Renda dos Municípios Brasileiros. **Policy Paper (INSPEP)**, n. 20, ago. 2016. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Impacto-Ensino-Superior-Trabalho-Renda-Municipios-Brasileiros.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

Miranda, P.R.; Azevedo, M. L. N. Fies e ProUni na Expansão da Educação Superior Brasileira: Políticas de Democratização do Acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará**, v. 5, n. 3, 2020. Disponível em: < <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1421> >. Acesso em: 14 jul. 2021.

Morosini, M. C. Qualidade da Educação Superior e Contextos Emergentes. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19. Campinas, jun. 2014 Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/aval/a/qZF8Fpz8MjgWHNdC38frh5Q/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 5 jan. 2021.

Organization for Economic Co-Operation and Development. Ten Steps to Equity in Education. **Policy Brief**. Disponível em: < <https://www.oecd.org/education/school/39989494.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Porto, C.; Regnier, K. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. **MEC**, dezembro 2013. Brasília,

DF. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil Tendenciasenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ROMA, Cristiane da Costa Lopes. Financeirização da política educacional em tempos de neoliberalismo. **VI Jornada Internacional de políticas públicas**. São Luis-MA, 2013. Disponível em: <
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasseosedesafiosdaspoliticadededucacao/financeirizacaodapoliticaeducacionalemtempodeneoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

Rosa, J. R.; Souza, L. R. A Agenda do Banco Mundial e Seus Efeitos no Ensino Superior do Brasil: Mercantilização e Financeirização. **Universidade Federal de São Paulo**. 29 mar, 2019. Disponível em: <
<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59797>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

Rosa, J. R. Expansão do Ensino Superior Brasileiro e seus Programas de Financiamento: entre a democratização e a mercantilização do Ensino. **Universidade Federal de São Paulo**. 29 mar, 2019. Disponível em: <
<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59797>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SAMPAIO, H. Ensino superior no Brasil: o setor privado. **Cadernos de Pesquisa**, p. 213-213, 2000. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000300014>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

Sampaio, H. Evolução do Ensino Superior Brasileiro, 1808-1990. **Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, 6 nov. 2007. Disponível em: <<https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Sampaio, H. Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos. **Ensino Superior: Expansão e Democratização**. Rio de Janeiro: Editora, 7, 103-126, 2013. Disponível em: <

http://www.nupps.usp.br/downloads/relatorio2013/Anexo_44_Texto%20para%20Livro%20Maria%20Ligia%20Barbosa.pdf> Acesso em: 31 mai. 2021.

Severino. A. J. O Ensino Superior Brasileiro: Novas Configurações, Velhos Desafios. **Educar, Editora UFPR**. Curitiba, n 31. Pp 73-89, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/cVhQhXmxJRptyk8jWsNGhm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SILVA, Aurélio Ferreira da; MARTINS, Tatiana Carence. O REUNI NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE 2003 A 2012. 2014. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131935>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Sistema IBGE de Recuperação Automática. Estimativas de População – EstimaPOP. **SIDRA Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Vilela, L; Tachibana, T. Y.; Menezes-Filho, N.; Komatsu, B. As Cotas nas Universidades Públicas Diminuem a Qualidade dos Ingressantes?. **Est. Aval. Educ**, São Paulo, v. 28, n. 29, pp. 652-684, set/dez. 2017. Disponível: <<https://fpabramo.org.br/2018/01/03/cotas-nao-reduzem-qualidade-das-universidades-federais/#:~:text=Estudos%20têm%20reiterado%20que%20a,perfil%20diversificado%20no%20ensino%20superior.>>>. Acesso em: 27 set. 2020.

BECHI, D. Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional. **Acta Scientiarum. Education**, v. 33, n. 1, p. 139-147, 23 maio 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v33i1.11580>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.